

Termo de Referência 49/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
49/2023	440001-SUBSECRET. DE PLANEJ. E ADMINISTRAÇÃO	RUTH ESTER CAVALCANTE DE SANTANA	06/10/2023 09:14 (v 1.0)
Status ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;		02000.013954/2023-11

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação da empresa o Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública, CNPJ nº 10.498974/0002-81, visando a participação de 02 (dois) servidores na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 17º Pregão Week, previsto para ser realizado no período de 23 a 27/10/2023, no formato presencial, na cidade de Foz do Iguaçu /PR, com carga horária de 30 (trinta) horas-aula, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 17º Pregão Week	14729 - Treinamento na área da Administração Pública	número de inscrições	02 (duas)	R\$ 4.985,00	R\$ 9.970,00

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **60** (sessenta) dias, contados a partir do início do curso, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 9.970,00 (nove mil novecentos e setenta reais) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115375000107-0-000001/2023

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 85

IV) Classe/Grupo: 929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

V) Identificador da Futura Contratação: 440001-125/2022

VI) DFD 396/2022

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Contratação da empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública, CNPJ nº 10.498974/0002-81, visando a participação de 02 (dois) servidores (Vinícius Mendes Machado e Marcos Antonio da Silva) na **Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 17º Pregão Week**, previsto para ser realizado no período de 23 a 27 /10/2023, no formato presencial, na cidade de Foz do Iguaçu /PR, com carga horária de 30 (trinta) horas-aula.

3.2. Pretende-se com esse projeto, qualificar os servidores para agregar conhecimentos acerca da legalidade de processos de compras públicas, com o objetivo de analisar o regime jurídico e econômico da modalidade pregão em uma perspectiva de análise dos órgãos de controle acerca dos atos praticados no pregão, uma das atividades do setor de atuação dos servidores.

3.3. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista o critério de notória especialização da empresa e dos palestrantes, que justificam a contratação direta por inexigibilidade de licitação, art 74 da Lei 14.333/21.

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, já que não há riscos potenciais que exijam tal proteção.

4.3 A empresa contratada deverá estar devidamente cadastrada junto ao sistema SICAF ou possuir a documentação obrigatória atualizada (INSS, Receita Federal, FGTS Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) emitida pelo TST, e estar quite em todas as certidões emitidas com base na Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, emitida pelo TCU (Certidões Administração Pública Federal, disponível em: <https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

4.4 A contratada deverá disponibilizar pessoal técnico qualificado ao atendimento dos serviços contratados e emitir aos servidores participantes, no final do evento, o certificado de realização da atividade, com carga horária, período de realização e conteúdo programático, além disso, deverá atender aos demais requisitos elencados no Estudo Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 5 dias, com data prevista para 23 a 27/10/2023. na forma que se segue:

5.1.1 Treinamento no formato presencial. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Mabu Thermas Grand Resort, Foz do Iguaçu/PR

5.1.2. Carga horária de 30 horas/aula

5.1.3. O curso será realizado de forma presencial e cada participante receberá apostilas e demais materiais necessários ao desempenho do evento.

5.1.4. Demais especificações e metodologias adotada pelo Instituto estão contidas na proposta da entidade, vinculando-se na prestação dos serviços.

5.1.5. O material didático em língua portuguesa é de responsabilidade da empresa especializada que se pretende contratar.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Conforme o item 16 do **PARECER n. 00003/2023/COORD/E-CJU/SSEM/CGU/AGU**, abaixo transcrito, entende-se pela viabilidade de substituição do termo de contrato por outro instrumento hábil na presente contratação.

16. Assim, por todo o exposto, em resposta a consulta do GAP-GALEÃO, com fulcro no art.10, inciso III, da Portaria Normativa nº72, de 07 de dezembro de 2022, uniformiza-se o entendimento de que é possível, por interpretação sistemática do art.95, inciso I, da Lei 14.133/2021, **substituir** o termo de contrato por **outro instrumento hábil**, nos casos de inexigibilidade de licitação, dispensa por outras hipóteses (incisos III a XVII do art.75 da Lei 14.133) e licitação, desde que o valor seja inferior ao limite do inciso I e II do art. 75 da NLLC.

6.2. Será enviado o presente Termo de Referência e a Nota de Empenho ao Instituto contratado, em substituição ao Termo de Contrato, visando dar ciência e firmar acordo entre as partes.

6.3. Caso a realização do curso não ocorra na data prevista (23/10/2023 a 27/10/2023) e houver prorrogação do cronograma, a Nota de Empenho continuará vigente e poderá ser utilizada para pagamento do mesmo curso na data.

6.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art 115, caput)

6.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. (Lei nº 14.133/2021, art 115, §5º)

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*)

O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.7. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

6.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º)

6.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.12. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.13. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.14. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o recebimento dos certificados de conclusão do curso pelos servidores participantes, bem como o preenchimento por eles do Relatório de Atividades Desenvolvidas a fim de verificar o pleno atendimento da demanda de capacitação.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de início da capacitação, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários

7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. Após o levantamento de mercado, especificado no ETP em anexo, concluiu-se pela escolha de contratação de inscrição em curso aberto "Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 17º Pregão Week" oferecido pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública, CNPJ nº 10.498974/0002-81, por inexigibilidade de licitação

fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea f da Lei 14.333/21. A instituição responsável pela ministração do treinamento possui notória especialização no assunto, conforme especificado no folder disponível no site da referida empresa

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.8. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.9. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.11. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.14. Considerando a contratação de baixo valor e o curto prazo de execução do objeto que a realização de curso de capacitação de **30 (trinta)** horas representa, não será solicitada qualificação econômico- financeira da instituição a ser contratada.

Qualificação Técnica

8.12.4.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica e notória especialização da instituição a ser contratada, inerentes à contratação por inexigibilidade de licitação, foi anexado a este Termo de Referência o documento "Sobre - Grupo Negócios Públicos - Capacitação e Soluções para Agentes Públicos", não sendo necessário a apresentação de documentação exigida no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.970,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 9.970,00 (nove mil novecentos e setenta reais), conforme detalhado no ETP anexo.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 440001 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Adm;

II) Fonte de Recursos: 1000;

III) Programa de Trabalho: 18.122.0032.2000.0001;

IV) Elemento de Despesa: 33.90.39;

V) Plano Interno: 12000-0B;

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATO CAMPELO DOS SANTOS

Equipe de apoio

RUTH ESTER CAVALCANTE DE SANTANA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/10/2023 às 09:12:26.

CARLA FELICIANO DA SILVA

Equipe de apoio

UASG 440001

Termo de Referência 49/2023



Assinou eletronicamente em 06/10/2023 às 09:14:29.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP38_2023.pdf (6.87 MB)
- Anexo II - 17_ Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - de 23 a 27 de outubro de 2023.pdf (5.5 MB)
- Anexo III - Proposta_DUAS_INSCRICOES.pdf (69.66 KB)
- Anexo IV - Sobre - Grupo Negócios Públicos - Capacitação e Soluções para Agentes Públicos.pdf (996.6 KB)

Anexo I - ETP38_2023.pdf

Estudo Técnico Preliminar 38/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 02000.013954/2023-11

2. Descrição da necessidade

CONTRATAÇÃO A TÍTULO DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM AÇÃO DE CAPACITAÇÃO (CURSO DE TURMA ABERTA)

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo subsidiar a contratação, a título de inscrição, para participação de 02 (dois) servidores na **Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 17º Pregão Week** previsto para ser realizado no período de **23 a 27/10/2023**, no formato **presencial**, na cidade de Foz do Iguaçu /PR, promovido pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública.

2.2 A capacitação em tela está prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP/MMA conforme linhas nº 325 e 326 - Necessário aprofundamento nos conhecimentos a respeito da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e decorre da necessidade permanente de aprimorar os conhecimentos e ampliar o conteúdo técnico para a área de licitações e contratos dos servidores que atuam na Coordenação de Licitações - COLIC/CGCC do MMA, bem como no Documento de Formalização da Demanda nº 396/2022.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Compras e Contratos	ZAILTON HOLANDA BATALHA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação do objeto em tela dar-se-á por Inexigibilidade, fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea f da Lei 14.333/21.

Nesse sentido, vale atentar que a inexigibilidade de licitação configura medida de exceção no ordenamento jurídico brasileiro, cuja regra é a da exigência de prévio procedimento para aferição da proposta mais vantajosa (art. 37, XXI, CF).

As hipóteses de inexigibilidade previstas na Lei nº 14.333/21 meramente exemplificativas, cabe reproduzir o dispositivo legal aplicável à contratação direta ora em apreço:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

§ 5º (...)

Nesse condão, observa-se que a inviabilidade de competição para a contratação de serviços, a que alude o inciso III do art. 74 da Lei nº 14.333/21, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, natureza intelectual do serviço e notória especialização do contratado.

A própria Lei nº 14.133/21 assim define:

a) *serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos serviços de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. (art. 6º, XVIII, f);*

b) *Notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato (art. 6º, XIX).*

5. DA ENTREGA

Por se tratar de curso/ação de capacitação em turma aberta, os serviços serão prestados no local indicado pela contratada, conforme indicado no Folder anexo deste ETP, a saber, em Foz do Iguaçu/PR.

6. DA NATUREZA DA ATIVIDADE

Conforme DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE o objeto em estudo se enquadra como atividades instrumentais e acessórias, sendo possível ser contratada.

Portanto trata-se de serviço comum de caráter não continuado, sem fornecimento de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva.

7. Levantamento de Mercado

Foi efetuada pesquisa mercadológica pela COLIC, em atendimento ao disposto no Art. 24, parágrafo primeiro, inciso V, da IN SLTI 05/2017 que estabelece:

Art. 24. Com base no documento que formaliza a demanda, a equipe de Planejamento da Contratação deve realizar os Estudos Preliminares, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 49, de 2020).

Tal orientação coaduna com o disposto no inciso V do parágrafo único do art. 18 da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

...

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

...

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

E, ainda, com o disposto no inciso III do art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022:

Art. 9º Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no Sistema ETP Digital os seguintes elementos:

...

III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

Nesse condão, insta esclarecer, que no âmbito da administração pública federal, as necessidades de capacitação podem ser atendidas das seguintes formas:

1) Realização de curso/ação de capacitação utilizando-se das escolas de governo:

Após consulta ao sítio eletrônico da Escola Nacional da Administração Pública - ENAP, verificou-se que não consta na programação de cursos para o exercício de 2023 curso na temática apontada para a presente necessidade de contratação.

2) Realização de curso/ação de capacitação utilizando-se da Gratificação de Encargos de Cursos e Concursos - GECC, regulamentada em âmbito federal pelo Decreto nº 11.069/2022 e no âmbito do MMA pela Portaria MMA nº 300/2016.

Por se tratar da necessidade de capacitação de apenas 02 (dois) servidores, torna-se mais oneroso ao Erário Público a realização de curso, por meio de instrutoria, utilizando-se GECC, uma vez que pela Gratificação contrata-

se apenas um instrutor, considerando os custos com a elaboração de material didático e a ministração das aulas, e no Seminário os servidores têm a oportunidade de obter conhecimentos de vários palestrantes, o que favorece assim a capacitação dos servidores.

Tabela dos custos da contratação por GECC:

Valor de Referência publicado na PORTARIA SGPRT/MGI Nº 2.163, DE 12 DE MAIO DE 2023		Enquadramento do Curso		
R\$ 29.760,95		Treinamento		
Enquadramento do Instrutor	Percentual por hora conforme anexos I e II da Portaria 300/2016	Valor da hora/aula ministrada	Total de horas de instrutoria	Valor a ser pago pelas horas de aulas ministrada
A	0,75	R\$ 223,21	30	R\$ 6.696,14
Enquadramento do Elaborador de Material Didático	Percentual por hora conforme anexos I e II da Portaria 300/2016	Valor da hora da atividade de elaboração de material didático	Total de horas de elaboração de material didático	Valor a ser pago pelas horas de aulas ministrada
A	0,75	R\$ 223,21	15	R\$ 3.348,11
TOTAL				R\$ 10.044,32

3) Realização de curso de turma fechada (*in company*)

Por se tratar de necessidade de capacitação de apenas 02 (dois) servidores torna-se mais oneroso ao Erário Público, visto que a contratação de curso de turma fechada pressupõe a capacitação de vários servidores, o que não é o caso em tela, assim, a realização de curso de turma fechada (*in company*) não é razoável.

4) Realização de curso de turma aberta:

Os cursos de turma aberta se mostram a alternativa mais viável para curso/ação de capacitação quando se trata de necessidade de capacitar apenas 02 (dois) servidores permitindo o melhor uso do recurso público.

8. Descrição da solução como um todo

O presente estudo, como já informado, refere-se a contratação, a título de inscrição, de empresa com mais de 21 (vinte e um) anos de atuação no Mercado do Pregão, com mais de 25.000 (vinte e cinco mil) agentes públicos capacitados e o maior encontro da área de Pregão.

Os conteúdos do curso/ação de capacitação que se pretende contratar está discriminado no Folder do Curso 17º Pregão Week, constante no anexo deste ETP, fornecido pelo Instituto Negócios Públicos.

O curso será realizado de forma presencial e cada participante receberá apostilas e demais materiais necessários ao desempenho do evento.

O material didático em língua portuguesa é de responsabilidade da empresa especializada que se pretende contratar.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE o presente ETP visa subsidiar a contratação, a título de inscrição, para participação em ação de capacitação (turma aberta) quantificado da seguinte forma:

Capacitação	Quantidade	Carga Horária	Valor Unitário (R\$)	CATSER
17º Pregão Week (Presencial)	2	30 (vinte) h/a	R\$ 4.985,00 (quatro mil, novecentos e oitenta e cinco reais)	14729 - Treinamento na área de administração pública

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.970,00

A despesa total estimada da contratação é de **R\$ 9.970,00** (nove mil novecentos e setenta reais), conforme ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS e Proposta NP Eventos para Participação de 02 (duas) inscrições, constante no Anexo deste ETP.

Cumprе salientar que o curso/ação de capacitação será realizado de forma presencial e ocorrerá em cidade distinta da cidade de lotação dos servidores, o que ACARRETERÁ em despesas com diárias e passagens.

O parágrafo 1º do art. 7º da Instrução Normativa nº 65/2021 estabelece que (grifos acrescidos):

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

Assim, a fim de justificar o valor estimado da contratação, em atendimento ao disposto no art. 23, § 1º e 4º da Lei 14.333/21 combinado com a IN 65/2021- capítulo III foram anexadas a este ETP 03 (três) formas de pagamento, enviadas pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil, referentes a inscrições de outros servidores que também irão participar do 17º Pregão Week, conforme demonstrado abaixo:

Comprovantes de Pagamento	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
Nota de Empenho nº 39/2023 - AUDITORIA DA 12A. CJM	1	R\$ 5.399,00	R\$ 5.399,00
Autorização para Execução de Capacitação nº 50671/2023 - BANCO CENTRAL DO BRASIL	1	R\$ 5.399,00	R\$ 5.399,00
Ordem de Pagamento nº 1449/2023 - PORTOS RS	1	R\$ 5.399,00	R\$ 5.399,00

Verifica-se que o valor estimado para a uma contratação, a saber R\$ 5.399,00 (cinco mil trezentos e noventa e nove reais) foi o mesmo praticado para todas as formas de pagamento.

Como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima demonstrou interesse em capacitar 02 (dois) servidores, o Instituto Negócios Públicos ofereceu um desconto de R\$ 828,00 (oitocentos e vinte e oito reais), ficando o valor unitário em R\$ **4.985,00** (quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais), totalizando R\$ 9.970,00 (nove mil novecentos e setenta reais), conforme Proposta NP Eventos para Participação de 02 inscrições, anexada a este ETP.

Assim, a metodologia utilizada para justificar o preço foi a MEDIANA, visto que o valor da presente contratação está alinhado ao valor das 03 (três) formas de pagamento, enviadas pelo Instituto Negócios Públicos, que comprovam que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala.

Ademais, o parcelamento, usualmente, não é ponto verificado em contratações diretas, já que estas não são feitas em regime competitivo.

Por se tratar de curso/ação de capacitação, o objeto em questão é composto por apenas 1 item, com preço unitário estimado em R\$ 4.985,00. Partindo da premissa que a contratação do serviço será feita sob égide do art. 74 da Lei 14333/21, os cursos de turma aberta, *in casu*, se mostram a alternativa mais viável para curso/ação de capacitação, quando se trata de necessidade de capacitar apenas 02 (dois) servidores permitindo o melhor uso do recurso público, bem como caracteriza assim, a natureza indivisível do objeto justificando o não parcelamento da solução.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Esta contratação é realizada de modo autônomo, independentemente de qualquer outro processo licitatório a fim de surtir todos os efeitos previstos.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, visa capacitar os servidores da COLIC para competência da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, conforme previsto no inciso V do art. 13 do Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e remaneja cargos em comissão e funções de confiança:

Art. 13. À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - planejar, coordenar e orientar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas aos Sistemas previstos nos incisos I a VIII do parágrafo único do art. 12;

II - realizar articulação com o órgão central dos sistemas federais de que tratam os incisos I a VIII do parágrafo único do art. 12;

III - planejar, coordenar, orientar e monitorar atividades de gestão de informação e conhecimento, de documentação, de planejamento estratégico e setorial, de organização e de inovação institucional, e de gestão de pessoas, no âmbito do Ministério, observadas as normas editadas pelos órgãos centrais dos sistemas federais de que tratam os incisos I a VIII do parágrafo único do art. 12;

IV - coordenar e acompanhar a elaboração e a consolidação dos planos e dos programas das atividades de sua área de competência, seus orçamentos e suas alterações, e submetê-los à decisão superior;

V - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério;

Salienta-se que a possibilidade de contratação de curso/ação de capacitação está prevista no parágrafo único do art. 14 do Decreto nº 9.991/2019:

Art. 14. Caberá às escolas de governo do Poder Executivo federal, em articulação com a Enap: (Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2020)

I - apoiar o órgão Central do SIPEC na consolidação e na priorização das necessidades de desenvolvimento de competências transversais contidas no Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento;

II - planejar a elaboração e a oferta de ações, a fim de atender, de forma prioritária, às necessidades mais relevantes de desenvolvimento de competências transversais contidas no Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento; e

III - ofertar, em caráter complementar à Enap, as ações de desenvolvimento de âmbito nacional priorizadas no planejamento, de forma direta ou por meio de parcerias ou contratações.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a possibilidade de contratação direta pelos órgãos ou pelas entidades de ações de desenvolvimento junto a terceiros, desde que em consonância com o disposto no PNDP. (Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2020).

Cumprе ressaltar que o último Mapa Estratégico do MMA com vigência de 2014 a 2022, previa como processo estruturante:

1) Eficiência Operacional

a) Estrutura e otimizar processos licitatórios e de contratação;

b) Otimizar a gestão dos recursos orçamentários; e

c) Sistematizar a captação e a execução de recursos externos ao orçamento

Ainda, conforme a DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE, a contratação de curso/ação de capacitação em tela está prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas do MMA (PDP MMA/2023) linhas nº 325 e 326 (Necessário aprofundamento nos conhecimentos a respeito da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115375000107-0-000001/2023

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 85

IV) Classe/Grupo: 929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

V) Identificador da Futura Contratação: 440001-125/2022

VI) DFD 396/2022

Assim, entende-se que a contratação está alinhada a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal, com as competências do órgão e com o PDP MMA/2023.

14. DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 é inexigível a licitação quando restar comprovada a inviabilidade de competição.

Nos casos de cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, por ser tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme estabelece o inciso III do art. 74 da supracitada Lei, é inviável a competição visto que cada ação de desenvolvimento é única pois depende da capacidade didática de cada instrutor/professor, do cronograma de cada curso, da carga horária e até mesmo do tamanho da turma.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, uma vez que a contratação da empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública, por inexigibilidade de licitação, não se justifica a subcontratação do objeto.

16. DA PADRONIZAÇÃO

A contratação não se enquadra como um produto padrão, uma vez que a contratação se trata de uma inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei 14.133/2021, a qual foram observadas que a contratada possui notória especialização nos temas pretendidos; experiência comprovada na temática envolvida; possui profissionais devidamente capacitados para atender à demanda da contratante; e possui condições de cumprir fielmente o objeto contratado.

17. DA ESCOLHA DA CONTRATADA

Face aos argumentos apresentados no presente ETP a escolha do Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública se justifica em razão de sua notória especialização conforme descreve o inciso XIX do art. 6º, combinado com o inciso III do art. 74, ambos da Lei nº 14.133/2021.

Fica evidenciada a notória especialização do Instituto na prestação de serviços de capacitação pelo fato de:

- a) O Grupo Negócios Públicos está há mais de 20 anos atuando na realização de eventos, treinamentos e soluções na área de Licitações e Contratos. É reconhecido no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes;
- b) Realiza há 17 anos o maior encontro nacional de compras públicas, o Congresso Brasileiro de Pregoeiros, que já capacitou mais de 25 mil servidores públicos. Todos os eventos prezam pela inovação e proporcionam um ciclo de capacitação contínua aos agentes públicos, com uma metodologia própria que possibilita um maior aproveitamento; e
- c) O Grupo Negócios Públicos oferece, ainda, suporte para todas as fases relacionadas à contratação pública, incluindo soluções em tecnologia que facilitam a atuação diária dos profissionais envolvidos.

As informações supracitadas sobre o Instituto foram extraídas do sítio eletrônico e estão anexadas ao presente ETP.

18. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Conforme Folder do curso 17º Week, constante no anexo deste ETP, o curso/ação de capacitação em estudo tem por objetivo:

"(...) analisar o regime jurídico e econômico da modalidade pregão em uma perspectiva sistêmica na Nova Lei de Licitações, com o evento estruturado em cinco pilares básicos: normatização, responsabilidade, estrutura procedimental, assessoramento e controle. Trata-se, pois, de uma visão multifatorial tendente a compreender, dentro de suas especificidades, a intensidade de influência de cada um dos pilares no agir administrativo dos compradores públicos e a perspectiva de análise dos órgãos de controle acerca dos atos praticados no pregão."

Assim, espera-se que ao final do curso/ação de capacitação os servidores sejam capazes de desenvolver as atividades que atendam a demanda institucional, alinhado aos objetivos estratégicos, considerando os princípios da economicidade, eficiência, eficácia, para melhor aproveitamento dos recursos humanos materiais e financeiros, bem como os princípios de desenvolvimento nacional sustentável.

19. Providências a serem Adotadas

Elaboração de documentos aplicados à contratação de cursos/ações de capacitação, previstos na Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa nº 58/2022 e Instrução Normativa Nº 5/2017, pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) designada pela PORTARIA MMA Nº 548, DE 15 DE JUNHO DE 2023.

20. Possíveis Impactos Ambientais

Entende-se que as atividades previstas não motivarão impactos ambientais significativos.

21. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

21.1. Justificativa da Viabilidade

A capacitação em tela está prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP/MMA conforme linhas nº 325 e 326 - Necessário aprofundamento nos conhecimentos a respeito da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e decorre da necessidade permanente de aprimorar os conhecimentos dos servidores que atuam na Coordenação de Licitações - COLIC/CGCC /SPOA que atuam na área de licitações e contratos por parte do MMA, bem como no Plano de Contratações Anuais (PCA MMA /2023), sob nº 440001-125/2022.

Do exposto neste ETP, a Equipe de planejamento declara a contratação viável, nos termos do inciso XIII, art. 7º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATO CAMPELO DOS SANTOS

Equipe de apoio

RUTH ESTER CAVALCANTE DE SANTANA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/10/2023 às 10:30:07.

CARLA FELICIANO DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/10/2023 às 07:19:40.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 17º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - de 23 a 27 de outubro de 2023.pdf (5.5 MB)
- Anexo II - AUDITORIA AMAZONAS.pdf (22.24 KB)
- Anexo III - BANCO CENTRAL DO BRASIL AEC 50671 2023 - assinada.pdf (30.79 KB)
- Anexo IV - PORTOS RS.pdf (188.36 KB)
- Anexo V - Sobre - Grupo Negócios Públicos - Capacitação e Soluções para Agentes Públicos.pdf (996.6 KB)
- Anexo VI - Proposta_DUAS_INSCRICOES.pdf (69.66 KB)

**Anexo I - 17º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos
Avançados sobre Pregão - de 23 a 27 de outubro de 2023.pdf**



23 A 27 DE OUTUBRO DE 2023

O MAIOR EVENTO DE CAPACITAÇÃO EM PREGÃO DO BRASIL

No formato **PRESENCIAL**, **Garantir Minha Vaga**. Será
extraordinário!

INSCREVA-SE

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

CONFIRA

O MAIOR EVENTO DE CAPACITAÇÃO EM PREGÃO DO
BRASIL



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MINHA
VAGA



PALESTRANTES CONFIRMADOS PARA O MAIOR EVENTO DO ANO
OS MELHORES ESPECIALISTAS DO BRASIL



			
Viviane Mafissoni Especialista em Direito Público	Michelle marry Advogada da União desde 2007	Antonio Anastasia Ministro do TCU	Ronny Charles Advogado da União

[VER TODOS](#)

SOBRE O EVENTO

O MELHOR EVENTO DE PREGÃO DO BRASIL!



Com o advento da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a primeira impressão é que não fica "pedra sobre pedra". Mas, não é bem assim... A modalidade pregão assume um considerável protagonismo no novo marco regulatório das contratações públicas, porquanto a estrutura procedimental básica das modalidades licitatórias é, essencialmente, baseada na experiência exitosa da Lei nº 10.520/2002.

Ainda que mantida a estrutura básica do pregão – agregando novas possibilidades ao desenho da disputa, como a inversão de fases e a adoção da pré-qualificação – diversos "detalhes" da Nova Lei de Licitações demandam regulamentação infralegal para conferir operacionalidade, em especial, para as licitações eletrônicas.

Assim, com o objetivo de analisar o regime jurídico e econômico da modalidade pregão em uma perspectiva sistêmica na Nova Lei de Licitações, o evento foi estruturado em cinco pilares básicos: normatização, responsabilidade, estrutura procedimental, assessoramento e controle. Trata-se, pois, de uma visão multifatorial tendente a compreender, em suas complexidades, a intensidade de influência de cada elemento no agir administrativo dos compradores e a necessidade de uma análise dos órgãos de controle cados no pregão.



Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MINHA VAGA



5
DIAS
DE IMERSÃO

+25MIL
AGENTES
CAPACITADOS

16
ANOS DE
CREDIBILIDADE

30H
DE CAPACITAÇÃO

PROGRAMAÇÃO

PALESTRAS E OFICINAS INÉDITAS COM O MELHOR CONTEÚDO PARA VOCÊ!



23/10/2023

TERÇA
24/10/2023

QUARTA
25/10/2023

QUINTA
26/10/2023

SEXTA
27/10/2023

TARDE - Segunda

23/10
16:00 - 19:30

Credenciamento

 Presencial

23/10
19:30 - 20:00

Abertura do salão

 Presencial

23/10
20:00 - 20:15

Abertura do Evento

 Presencial



ABERTURA | I
acordo com a
mudou?

Antonio Anastas
Ministro do TCU

 Pre

VER TODA PROGRAMAÇÃO



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

**GARANTIR MINHA
VAGA**



forma
de
palestrante poderá ocorrer em face da indisponibilidade do
palestrante/instrutor após a confirmação do convite ou mesmo em
razão de caso fortuito ou força maior.



**CONFIRA
COMO FOI A
16ª EDIÇÃO DO
PREGÃO
WEEK**

Confira como foi a 16ª Edição
do Pregão Week Híbrido -
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR e Online 100% Ao



é o que
próxima
lugar!

RESERVE AGORA MESMO SUA VAGA NO **17º PREGÃO**
WEEK

23 A 27 DE OUTUBRO DE 2023

 **FOZ DO IGUAÇU**

QUERO ME INSCREVER!



CONFIRA OS MOTIVOS PARA VOCÊ PARTICIPAR

FACA PARTE DESSE MOMENTO HISTÓRICO E RESERVE



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

GARANTIR MIN
VAGA

3 ANO!

Por **R\$ 5.399,00**



Credibilidade

Mais de 21 anos de
atuação no Mercado
de pregão



**Nossa
Paixão**

temos
orgulho
de realizar
os
maiores
eventos
do Brasil



Imersão

5 Dias
intensos de
aprendizado
sobre
Pregão



Autoridades

Os melhores
douttrinadores e
palestrantes



Transformação



Certificação



participação reconhecida através de certificado

modalidade presencial




LOCAL DO EVENTO PRESENCIAL
MABU THERMAS GRAND
RESORT

Foz do Iguaçu - PR

A Rede Mabu oferece há mais de 45 anos, serviços hoteleiros com alto padrão de excelência para garantir as melhores experiências aos seus hóspedes, a lazer ou a negócios. Constrói sua história mantendo arraigados valores, como respeito, honestidade, empreendedorismo e sustentabilidade. Investe constantemente para aprimorar os serviços prestados e a experiência dos seus clientes, assim como em medidas socioambientais para garantir um contato harmônico entre o homem e a natureza.

 4002-6040

 hoteismabu.com.br



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MIN
VAGA





O evento é destinado aos agentes públicos da administração direta e indireta, federais, estaduais e municipais, dos Três Poderes e dos Tribunais de Contas, Entidades Paraestatais, Conselhos Profissionais, entre outros.

Em suma, órgãos e agentes que atuem nas camadas diretivas e nas diferentes linhas de defesa das organizações, no controle interno e



gão.

SÃO MAIS DE **30 HORAS** DE CAPACITAÇÃO EM CINCO DIAS DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE PREGÃO!

PRESENCIAL

GARANTIR MINHA VAGA



SOBRE O EVENTO

Sobre o evento
Palestrantes
Programação
Oficinas
Hospedagem
Inscreva-se

INSTITUTO NP

Quem somos
Agenda de Eventos
Cursos
Fale conosco

CONTATO

(41) 3778-1887
(41) 98877-0234
falecom@institutonp.com.br



Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MINHA VAGA



©2023. Todos os direitos reservados.
Desenvolvido por Agência NONA.

AGÊNCIA **NONA**

Anexo II - AUDITORIA AMAZONAS.pdf

Data e hora da consulta: 20/09/2023 16:11

Usuário: ***.867.422-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emissor

Código	Nome	Moeda
60021	AUDITORIA DA 12A. CJM	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
00.497.552/0024-43	AVENIDA SAO JORGE NR 2835 SAO JORGE	69030-680
Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	(92) 2127-5500

Ano	Tipo	Número
2023	NE	39

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167545	1000000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
14/09/2023	Ordinário	000170/23-12.125	-	5.399,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
10.498.974/0002-81	INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUD	85864-320
Endereço	UF	Telefone
AV. JOSE MARIA DE BRITO, 1707 JARDIM DAS NAÇÕES	PR	41-3778-1719, 41-98877-0234 (WHATSAP)
Município	UF	Telefone
FOZ DO IGUAÇU	PR	41-3778-1719, 41-98877-0234 (WHATSAP)

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
94	INEXIGIBILIDADE	25	-	II	-
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 8.666 / 1993	25	-	II	-	

Descrição

AUD12CJM: 2352/2023 - Despesa referente à inscrição do servidor RAFAEL AUGUSTO DE CARVALHO no 17º Pregão Week, a ser realizado no período de 23 a 27 de outubro de 2023, na modalidade presencial, em Foz do Iguaçu / PR, conforme Processo SEI JMU 000170/23-12.125.

Local da Entrega

Não se Aplica

Informação Complementar

Auditoria da 12ª CJM - Av. São Jorge, 2835 - bairro São Jorge

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	20/09/2023 13:03:20	Alteração

Data e hora da consulta: 20/09/2023 16:11
Usuário: ***.867.422-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	5.399,00

Subelemento 22 - EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Inscrição inscrição do servidor RAFAEL AUGUSTO DE CARVALHO no 17º Pregão Week, promovido pelo INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CNPJ Nº 10.498.974/0002-81, conforme Art. 25, inciso II, § 1º, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93. - Número da Inscrição: R4I0B; - CPF da Participante: 858.867.422-04.	5.399,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
14/09/2023	Inclusão	1,00000	5.399,0000	5.399,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
ATALIBA DIAS RAMOS
***.930.147-**
20/09/2023 13:03:20

Gestor Financeiro
RAFAEL AUGUSTO DE CARVALHO
***.867.422-**
14/09/2023 17:21:53

Versão	Data/Hora	Operação
002	20/09/2023 13:03:20	Alteração

**Anexo III - BANCO CENTRAL DO BRASIL AEC 50671
2023 - assinada.pdf**



Autorização para Execução de Capacitação (AEC)

Turma Aberta

CNPJ: 00.038.166/0008-73

Local	Data	Número AEC	Página
SALVADOR	10/08/2023	AEC Bacen/ADSAL-50671/2023	1 de 2

Identificador do Prestador de Serviço

CNPJ		Razão social		
10.498.974/0002-81		INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA		
Endereço		Cidade		
AVENIDA JOSE MARIA DE BRITO, 1707, JARDIM DAS NACOES		FOZ DO IGUAÇU		
UF	CEP	Telefone	E-mail	Código do Titular
PR	85864-320			30623.0001-3
Conta Bancária		Banco nº	Nome	Agência nº
CC 20504-4		001	BCO DO BRASIL S.A.	1622-5

Informações gerais sobre a contratação

Processo nº		Regime de Execução	
PE 000000247116		Empreitada por preço global	
Inexigibilidade (Lei 8.666/93, Art. 25, Inciso II)			
Forma de execução		Vigência	
De uma só vez		Data de início da ação educacional	Data fim da ação educacional
		23/10/2023	27/10/2023

Autorização

De conformidade de sua proposta constante do processo em Referência, autorizamos a participação do(s) servidor(es) a seguir identificado(s) no(s) evento(s) caracterizado(s) abaixo e solicitamos que o Recibo ou Fatura seja emitido em nome do Banco Central do Brasil – CNPJ 00.038.166/0001-05.

Especificação da Ação Educacional

Descrição: Nome
Inscrição de servidor do DEINF na 17ª Pregão Week
Local de realização
Presencial no país em Foz do Iguaçu/PR.

Quantidade de Participantes	Preço Total
1	R\$ 5.399,00
Valor total desta AEC	
R\$ 5.399,00	(cinco mil trezentos e noventa e nove reais)

Classificação da despesa

Cód. Orçam.	Classif. Contábil	Nota(s) / Empenho nº	Valor
40.10.2.001-2	4030.28.02-9	4208/2023	5.399,00

Identificação da Solicitação

Nº PART	Componente Solicitante	Telefone/Fax
2023/0087	DEINF/GEDEV/DICOL	

Assinatura Eletrônica ou Carimbo, Data e Assinatura do Banco

Anexo(s):
I - Participantes .

ANEXO I - PARTICIPANTES

1	GUSTAVO DA SILVA VIEIRA
---	-------------------------

Anexo IV - PORTOS RS.pdf



23930100027100



PORTOS RS - Autoridade Portuária dos Por
Diretoria Administrativa e Financeira
Gerência Financeira e Contábil

AUTORIZO

Em 05 de Setembro de 2023

ORDEN DE PAGAMENTO
FORNECEDOR

Nº 001449

EXERCÍCIO de 2023

Diretor Superintendente

ROL: **BANRISUL**

PAGUE-SE em favor de COORDENADORIA DE COMPRAS E CONTRATOS
Cód:45715 a IMPORTÂNCIA de 5.399,00(Cinco Mil e Trezentos e
Noventa e Nove Reais)

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL DA DESPESA:

Nro Docto.Caixa:

Processo OP:23/9301-0002710-0

Conta Débito: 1.02.02.0005.00 -DESPESA AUTORIZADA

Conta Crédito: 2.03.03.0011.00 -Bancos Conta Movimento

Referente a:

Reserva de recurso para a Participação da Pregoeira ERICA MILENA POKORSKI DE ANDRADE, no Evento 17º Pregão Week (Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão), que ocorrerá de forma presencial em Foz do Iguaçu/PR, de 23 a 27 de outubro de 2023

Valor Bruto:	5.399,00
Descontos:	0,00
Valor Líquido:	5.399,00

PAGAMENTO:

Forma:DEPÓSITO EM C.CORRENTE

Banco: Ag: Conta:

Nr. ROL: / Enviado em: / /

Carimbo e/ou autentificação mecânica do caixa:

Encarregado

Rua Honorio Bicalho s/n- Rio Grande - RS - BRASIL
CEP 96 201-020- Cx.Postal 198 - Fone:(53) 3231-1366 - Fax:(53) 3231-1
CGC 01 039 203/0001-54



**Anexo V - Sobre - Grupo Negócios Públicos - Capacitação e
Soluções para Agentes Públicos.pdf**



QUEM SOMOS

O Grupo Negócios Públicos está há mais de 20 anos atuando na realização de eventos, treinamentos e soluções na área de Licitações e Contratos. É reconhecido no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes.

Realiza há 17 anos o maior encontro nacional de compras públicas, o Congresso Brasileiro de Pregoeiros, que já capacitou mais de 25 mil servidores públicos. Todos os eventos prezam pela inovação e proporcionam um ciclo de capacitação contínua aos agentes públicos, com uma metodologia própria que possibilita um maior aproveitamento.

O Grupo Negócios Públicos oferece, ainda, suporte para todas as fases relacionadas à contratação pública, incluindo soluções em tecnologia que facilitam a atuação diária dos profissionais envolvidos.

NEGÓCIOS PÚBLICOS

**UM NOVO MARCO. UMA
NOVA HISTÓRIA EM SUA
JORNADA DE SUCESSO.**

SAIBA MAIS



VISÃO

Este site armazena cookies em seu dispositivo. Usamos estas informações para melhorar a sua experiência. Para mais informações, leia na [Política de Privacidade](#).

Ok, ENTENDI!

meio de soluções tecnológicas, orientação e capacitação,
tornando-se referência na transformação das Instituições

Orientação.

Visão Abrangente

NOSSOS VALORES

EFICIÊNCIA

Nossa eficiência é fundamentada na vontade de tornar a administração mais enxuta, eficiente e levar soluções de maneira rápida ante as necessidades do segmento.

EMPRESAS DO GRUPO



Negócios Públicos Instituto

Responsável pela organização dos maiores e melhores Congressos e Seminários Brasil, com foco na capacitação continuada e na orientação dos agentes públicos em matéria de Licitações e Contratos Administrativos.

“O Grupo Negócios Públicos sempre esteve à frente, inovando e transformando as aquisições públicas. Com mais de vinte anos de história, a organização possui notoriedade e credibilidade, crescendo junto com a Administração Pública e seus servidores, que buscam sempre fazer o certo e melhor na área das compras, dos contratos e da governança.”



R. Dr. Brasília Vicente de
Castro, 111 Campo
Comprido, Curitiba - PR
CEP 81200-526

Conheça o Grupo

[Quem Somos](#)
[Certidões](#)
[Trabalhe Conosco](#)
[Nossos Valores](#)
[Política de Privacidade](#)
[Contato](#)

Capacitação

[Congressos](#)
[Seminários](#)
[Masterclasses](#)
[Cursos](#)
[Pós-Graduação](#)

Treinamentos

[Maestria](#)
[In Company](#)

Soluções Tecnológicas

[Banco de Preços](#)
[ContratosGov](#)
[Sollicita Pro](#)
[Sollicita](#)
[GovPlan](#)
[Rean](#)

Contato

41 3778-1700

Siga nossas redes sociais!

falecom@negociospublicos.com.br



Baixe nosso aplicativo NP Events!



©2023. Todos os direitos reservados. Desenvolvido por Agência NONA.

AGÊNCIA **NONA**

Este site armazena cookies em seu dispositivo. Usamos estas informações para melhorar a sua experiência. Para mais informações, leia na [Política de Privacidade](#).

Anexo VI - Proposta_DUAS_INSCRICOES.pdf

Curitiba, 18 de Setembro de 2023

Proposta nº 994/2023

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - SUBSECRETARIA DE PLANEJ., ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

A/C: VINICIUS MENDES MACHADO

Encaminhando a proposta acerca do **17º Pregão Week**, que será realizado nos dias **23 a 27 de Outubro de 2023**, em Foz do Iguaçu/PR.

1 INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO:

Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
2	5.399,00	828,00	9.970,00

O INVESTIMENTO PARA CONTRATAÇÃO CONTEMPLA:

- a) Inscrição e Acesso às Palestras Presenciais em Plenária e Oficinas ;
- b) Certificado Digital de Conclusão do Treinamento;
- c) Material Didático Exclusivo Impresso;
- d) 01 jantar (abertura) 04 almoços e 07 Coffee Breaks;
- e) Gravações do evento (após a edição 60 dias) para ser revisto novamente por 1 (um) ano.

2 CARGA HORÁRIA:

30 Horas de Capacitação.

3 INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:

Emitir ao Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda . CNPJ: 10.498.974/0002-81 . Devendo o respectivo pagamento ser efetuado através da conta:



Banco do Brasil AG.1622-5 Conta: 20504-4

VALIDADE DA PROPOSTA: 23/10/2023

Atenciosamente,
JESSICA FABRI
Consultor Comercial

**Anexo II - 17_ Pregão Week - Semana Nacional de
Estudos Avançados sobre Pregão - de 23 a 27 de
outubro de 2023.pdf**



23 A 27 DE OUTUBRO DE 2023

O MAIOR EVENTO DE CAPACITAÇÃO EM PREGÃO DO BRASIL

No formato **PRESENCIAL**, **Garantir Minha Vaga**. Será
extraordinário!

INSCREVA-SE

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

CONFIRA

O MAIOR EVENTO DE CAPACITAÇÃO EM PREGÃO DO
BRASIL



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MINHA
VAGA



PALESTRANTES CONFIRMADOS PARA O MAIOR EVENTO DO ANO
OS MELHORES ESPECIALISTAS DO BRASIL



			
Viviane Mafissoni Especialista em Direito Público	Michelle marry Advogada da União desde 2007	Antonio Anastasia Ministro do TCU	Ronny Charles Advogado da União

[VER TODOS](#)

SOBRE O EVENTO

O MELHOR EVENTO DE PREGÃO DO BRASIL!



Com o advento da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a primeira impressão é que não fica "pedra sobre pedra". Mas, não é bem assim... A modalidade pregão assume um considerável protagonismo no novo marco regulatório das contratações públicas, porquanto a estrutura procedimental básica das modalidades licitatórias é, essencialmente, baseada na experiência exitosa da Lei nº 10.520/2002.

Ainda que mantida a estrutura básica do pregão – agregando novas possibilidades ao desenho da disputa, como a inversão de fases e a adoção da pré-qualificação – diversos "detalhes" da Nova Lei de Licitações demandam regulamentação infralegal para conferir operacionalidade, em especial, para as licitações eletrônicas.

Assim, com o objetivo de analisar o regime jurídico e econômico da modalidade pregão em uma perspectiva sistêmica na Nova Lei de Licitações, o evento foi estruturado em cinco pilares básicos: normatização, responsabilidade, estrutura procedimental, assessoramento e controle. Trata-se, pois, de uma visão multifatorial tendente a compreender, em suas complexidades, a intensidade de influência de cada um dos aspectos administrativos dos compradores na análise dos órgãos de controle e seus impactos no pregão.



Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MINHA VAGA



5
DIAS
DE IMERSÃO

+25MIL
AGENTES
CAPACITADOS

16
ANOS DE
CREDIBILIDADE


30H
DE CAPACITAÇÃO

PROGRAMAÇÃO

PALESTRAS E OFICINAS INÉDITAS COM O MELHOR CONTEÚDO PARA VOCÊ!


23/10/2023
TERÇA 24/10/2023
QUARTA 25/10/2023
QUINTA 26/10/2023
SEXTA 27/10/2023

TARDE - Segunda

<div>23/10</div> <div>16:00 - 19:30</div> <div>Credenciamento</div> <div>Presencial</div>	<div>23/10</div> <div>19:30 - 20:00</div> <div>Abertura do salão</div> <div>Presencial</div>	<div>23/10</div> <div>20:00 - 20:15</div> <div>Abertura do Evento</div> <div>Presencial</div>	<div>  </div> <div> ABERTURA I acordo com a mudou? </div> <div> Antonio Anastas Ministro do TCU </div> <div>Pre</div>
---	--	---	--



Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

VER TODA PROGRAMAÇÃO

De R\$ 6.285,00

GARANTIR MIN VAGA



Por **R\$ 5.399,00**



CONFIRA COMO FOI A 16ª EDIÇÃO DO PREGÃO WEEK

Confira como foi a 16ª Edição do Pregão Week Híbrido - Presencial em Foz do Iguaçu/PR e Online 100% Ao



é o que
próxima
lugar!

RESERVE AGORA MESMO SUA VAGA NO **17º PREGÃO**
WEEK

23 A 27 DE OUTUBRO DE 2023

 **FOZ DO IGUAÇU**

QUERO ME INSCREVER!



CONFIRA OS MOTIVOS PARA VOCÊ PARTICIPAR

FACA PARTE DESSE MOMENTO HISTÓRICO E RESERVE



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

GARANTIR MINHA
VAGA

1 ANO!

Por **R\$ 5.399,00**



Credibilidade

Mais de 21 anos de
atuação no Mercado
de pregão



**Nossa
Paixão**

Temos
orgulho
de realizar
os
maiores
eventos
do Brasil



Imersão

5 Dias
intensos de
aprendizado
sobre
Pregão



Autoridades

Os melhores
douttrinadores e
palestrantes



Transformação



Certificação



LOCAL DO EVENTO PRESENCIAL
MABU THERMAS GRAND
RESORT

Foz do Iguaçu - PR

A Rede Mabu oferece há mais de 45 anos, serviços hoteleiros com alto padrão de excelência para garantir as melhores experiências aos seus hóspedes, a lazer ou a negócios. Constrói sua história mantendo arraigados valores, como respeito, honestidade, empreendedorismo e sustentabilidade. Investe constantemente para aprimorar os serviços prestados e a experiência dos seus clientes, assim como em medidas socioambientais para garantir um contato harmônico entre o homem e a natureza.

4002-6040

hoteismabu.com.br



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MIN
VAGA



O evento é destinado aos agentes públicos da administração direta e indireta, federais, estaduais e municipais, dos Três Poderes e dos Tribunais de Contas, Entidades Paraestatais, Conselhos Profissionais, entre outros.

Em suma, órgãos e agentes que atuem nas camadas diretivas e nas diferentes linhas de defesa das organizações, no controle interno e



gão.

SÃO MAIS DE **30 HORAS** DE CAPACITAÇÃO EM CINCO DIAS DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE PREGÃO!

PRESENCIAL

GARANTIR MINHA VAGA



SOBRE O EVENTO

Sobre o evento
Palestrantes
Programação
Oficinas
Hospedagem
Inscreva-se

INSTITUTO NP

Quem somos
Agenda de Eventos
Cursos
Fale conosco

CONTATO

(41) 3778-1887
(41) 98877-0234
falecom@institutonp.com.br



Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MINHA VAGA



©2023. Todos os direitos reservados.
Desenvolvido por Agência NONA.

AGÊNCIA **NONA**

Anexo III - Proposta_DUAS_INSCRICOES.pdf

Curitiba, 18 de Setembro de 2023

Proposta nº 994/2023

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - SUBSECRETARIA DE PLANEJ., ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

A/C: VINICIUS MENDES MACHADO

Encaminho a proposta acerca do **17º Pregão Week**, que será realizado nos dias **23 a 27 de Outubro de 2023**, em Foz do Iguaçu/PR.

1 INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO:

Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
2	5.399,00	828,00	9.970,00

O INVESTIMENTO PARA CONTRATAÇÃO CONTEMPLA:

- a) Inscrição e Acesso às Palestras Presenciais em Plenária e Oficinas ;
- b) Certificado Digital de Conclusão do Treinamento;
- c) Material Didático Exclusivo Impresso;
- d) 01 jantar (abertura) 04 almoços e 07 Coffee Breaks;
- e) Gravações do evento (após a edição 60 dias) para ser revisto novamente por 1 (um) ano.

2 CARGA HORÁRIA:

30 Horas de Capacitação.

3 INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:

Emitir ao Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda . CNPJ: 10.498.974/0002-81 . Devendo o respectivo pagamento ser efetuado através da conta:



Banco do Brasil AG.1622-5 Conta: 20504-4

VALIDADE DA PROPOSTA: 23/10/2023

Atenciosamente,
JESSICA FABRI
Consultor Comercial

**Anexo IV - Sobre - Grupo Negócios Públicos -
Capacitação e Soluções para Agentes Públicos.pdf**



QUEM SOMOS

O Grupo Negócios Públicos está há mais de 20 anos atuando na realização de eventos, treinamentos e soluções na área de Licitações e Contratos. É reconhecido no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes.

Realiza há 17 anos o maior encontro nacional de compras públicas, o Congresso Brasileiro de Pregoeiros, que já capacitou mais de 25 mil servidores públicos. Todos os eventos prezam pela inovação e proporcionam um ciclo de capacitação contínua aos agentes públicos, com uma metodologia própria que possibilita um maior aproveitamento.

O Grupo Negócios Públicos oferece, ainda, suporte para todas as fases relacionadas à contratação pública, incluindo soluções em tecnologia que facilitam a atuação diária dos profissionais envolvidos.

NEGÓCIOS PÚBLICOS

**UM NOVO MARCO. UMA
NOVA HISTÓRIA EM SUA
JORNADA DE SUCESSO.**

SAIBA MAIS



VISÃO

Este site armazena cookies em seu dispositivo. Usamos estas informações para melhorar a sua experiência. Para mais informações, leia na [Política de Privacidade](#).

Ok, ENTENDI!

meio de soluções tecnológicas, orientação e capacitação, tornando-se referência na transformação das Instituições

Orientação.

Visão Abrangente

NOSSOS VALORES

EFICIÊNCIA

Nossa eficiência é fundamentada na vontade de tornar a administração mais enxuta, eficiente e levar soluções de maneira rápida ante as necessidades do segmento.

EMPRESAS DO GRUPO



Negócios Públicos Instituto

Responsável pela organização dos maiores e melhores Congressos e Seminários Brasil, com foco na capacitação continuada e na orientação dos agentes públicos em matéria de Licitações e Contratos Administrativos.

“O Grupo Negócios Públicos sempre esteve à frente, inovando e transformando as aquisições públicas. Com mais de vinte anos de história, a organização possui notoriedade e credibilidade, crescendo junto com a Administração Pública e seus servidores, que buscam sempre fazer o certo e melhor na área das compras, dos contratos e da governança.”



R. Dr. Brasília Vicente de
Castro, 111 Campo
Comprido, Curitiba - PR
CEP 81200-526

Conheça o Grupo

[Quem Somos](#)
[Certidões](#)
[Trabalhe Conosco](#)
[Nossos Valores](#)
[Política de](#)
[Privacidade](#)
[Contato](#)

Capacitação

[Congressos](#)
[Seminários](#)
[Masterclasses](#)
[Cursos](#)
[Pós-Graduação](#)

Treinamentos

[Maestria](#)
[In Company](#)

Soluções Tecnológicas

[Banco de Preços](#)
[ContratosGov](#)
[Sollicita Pro](#)
[Sollicita](#)
[GovPlan](#)
[Rean](#)

Contato

41 3778-1700

Siga nossas redes sociais!

falecom@negociospublicos.com.br



Baixe nosso aplicativo NP Events!



©2023. Todos os direitos reservados. Desenvolvido por Agência NONA.

AGÊNCIA **NONA**

Este site armazena cookies em seu dispositivo. Usamos estas informações para melhorar a sua experiência. Para mais informações, leia na [Política de Privacidade](#).

Estudo Técnico Preliminar 38/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 02000.013954/2023-11

2. Descrição da necessidade

CONTRATAÇÃO A TÍTULO DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM AÇÃO DE CAPACITAÇÃO (CURSO DE TURMA ABERTA)

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo subsidiar a contratação, a título de inscrição, para participação de 02 (dois) servidores na **Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 17º Pregão Week** previsto para ser realizado no período de **23 a 27/10/2023**, no formato **presencial**, na cidade de Foz do Iguaçu /PR, promovido pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública.

2.2 A capacitação em tela está prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP/MMA conforme linhas nº 325 e 326 - Necessário aprofundamento nos conhecimentos a respeito da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e decorre da necessidade permanente de aprimorar os conhecimentos e ampliar o conteúdo técnico para a área de licitações e contratos dos servidores que atuam na Coordenação de Licitações - COLIC/CGCC do MMA, bem como no Documento de Formalização da Demanda nº 396/2022.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Compras e Contratos	ZAILTON HOLANDA BATALHA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação do objeto em tela dar-se-á por Inexigibilidade, fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea f da Lei 14.333/21.

Nesse sentido, vale atentar que a inexigibilidade de licitação configura medida de exceção no ordenamento jurídico brasileiro, cuja regra é a da exigência de prévio procedimento para aferição da proposta mais vantajosa (art. 37, XXI, CF).

As hipóteses de inexigibilidade previstas na Lei nº 14.333/21 meramente exemplificativas, cabe reproduzir o dispositivo legal aplicável à contratação direta ora em apreço:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

§ 5º (...)

Nesse condão, observa-se que a inviabilidade de competição para a contratação de serviços, a que alude o inciso III do art. 74 da Lei nº 14.333/21, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, natureza intelectual do serviço e notória especialização do contratado.

A própria Lei nº 14.133/21 assim define:

a) *serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos serviços de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. (art. 6º, XVIII, f);*

b) *Notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato (art. 6º, XIX).*

5. DA ENTREGA

Por se tratar de curso/ação de capacitação em turma aberta, os serviços serão prestados no local indicado pela contratada, conforme indicado no Folder anexo deste ETP, a saber, em Foz do Iguaçu/PR.

6. DA NATUREZA DA ATIVIDADE

Conforme DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE o objeto em estudo se enquadra como atividades instrumentais e acessórias, sendo possível ser contratada.

Portanto trata-se de serviço comum de caráter não continuado, sem fornecimento de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva.

7. Levantamento de Mercado

Foi efetuada pesquisa mercadológica pela COLIC, em atendimento ao disposto no Art. 24, parágrafo primeiro, inciso V, da IN SLTI 05/2017 que estabelece:

Art. 24. Com base no documento que formaliza a demanda, a equipe de Planejamento da Contratação deve realizar os Estudos Preliminares, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 49, de 2020).

Tal orientação coaduna com o disposto no inciso V do parágrafo único do art. 18 da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

...

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

...

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

E, ainda, com o disposto no inciso III do art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022:

Art. 9º Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no Sistema ETP Digital os seguintes elementos:

...

III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

Nesse condão, insta esclarecer, que no âmbito da administração pública federal, as necessidades de capacitação podem ser atendidas das seguintes formas:

1) Realização de curso/ação de capacitação utilizando-se das escolas de governo:

Após consulta ao sítio eletrônico da Escola Nacional da Administração Pública - ENAP, verificou-se que não consta na programação de cursos para o exercício de 2023 curso na temática apontada para a presente necessidade de contratação.

2) Realização de curso/ação de capacitação utilizando-se da Gratificação de Encargos de Cursos e Concursos - GECC, regulamentada em âmbito federal pelo Decreto nº 11.069/2022 e no âmbito do MMA pela Portaria MMA nº 300/2016.

Por se tratar da necessidade de capacitação de apenas 02 (dois) servidores, torna-se mais oneroso ao Erário Público a realização de curso, por meio de instrutoria, utilizando-se GECC, uma vez que pela Gratificação contrata-

se apenas um instrutor, considerando os custos com a elaboração de material didático e a ministração das aulas, e no Seminário os servidores têm a oportunidade de obter conhecimentos de vários palestrantes, o que favorece assim a capacitação dos servidores.

Tabela dos custos da contratação por GECC:

Valor de Referência publicado na PORTARIA SGPRT/MGI Nº 2.163, DE 12 DE MAIO DE 2023		Enquadramento do Curso		
R\$ 29.760,95		Treinamento		
Enquadramento do Instrutor	Percentual por hora conforme anexos I e II da Portaria 300/2016	Valor da hora/aula ministrada	Total de horas de instrutoria	Valor a ser pago pelas horas de aulas ministrada
A	0,75	R\$ 223,21	30	R\$ 6.696,14
Enquadramento do Elaborador de Material Didático	Percentual por hora conforme anexos I e II da Portaria 300/2016	Valor da hora da atividade de elaboração de material didático	Total de horas de elaboração de material didático	Valor a ser pago pelas horas de aulas ministrada
A	0,75	R\$ 223,21	15	R\$ 3.348,11
TOTAL				R\$ 10.044,32

3) Realização de curso de turma fechada (*in company*)

Por se tratar de necessidade de capacitação de apenas 02 (dois) servidores torna-se mais oneroso ao Erário Público, visto que a contratação de curso de turma fechada pressupõe a capacitação de vários servidores, o que não é o caso em tela, assim, a realização de curso de turma fechada (*in company*) não é razoável.

4) Realização de curso de turma aberta:

Os cursos de turma aberta se mostram a alternativa mais viável para curso/ação de capacitação quando se trata de necessidade de capacitar apenas 02 (dois) servidores permitindo o melhor uso do recurso público.

8. Descrição da solução como um todo

O presente estudo, como já informado, refere-se a contratação, a título de inscrição, de empresa com mais de 21 (vinte e um) anos de atuação no Mercado do Pregão, com mais de 25.000 (vinte e cinco mil) agentes públicos capacitados e o maior encontro da área de Pregão.

Os conteúdos do curso/ação de capacitação que se pretende contratar está discriminado no Folder do Curso 17º Pregão Week, constante no anexo deste ETP, fornecido pelo Instituto Negócios Públicos.

O curso será realizado de forma presencial e cada participante receberá apostilas e demais materiais necessários ao desempenho do evento.

O material didático em língua portuguesa é de responsabilidade da empresa especializada que se pretende contratar.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE o presente ETP visa subsidiar a contratação, a título de inscrição, para participação em ação de capacitação (turma aberta) quantificado da seguinte forma:

Capacitação	Quantidade	Carga Horária	Valor Unitário (R\$)	CATSER
17º Pregão Week (Presencial)	2	30 (vinte) h/a	R\$ 4.985,00 (quatro mil, novecentos e oitenta e cinco reais)	14729 - Treinamento na área de administração pública

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.970,00

A despesa total estimada da contratação é de **R\$ 9.970,00** (nove mil novecentos e setenta reais), conforme ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS e Proposta NP Eventos para Participação de 02 (duas) inscrições, constante no Anexo deste ETP.

Cumprе salientar que o curso/ação de capacitação será realizado de forma presencial e ocorrerá em cidade distinta da cidade de lotação dos servidores, o que ACARRETERÁ em despesas com diárias e passagens.

O parágrafo 1º do art. 7º da Instrução Normativa nº 65/2021 estabelece que (grifos acrescidos):

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

Assim, a fim de justificar o valor estimado da contratação, em atendimento ao disposto no art. 23, § 1º e 4º da Lei 14.333/21 combinado com a IN 65/2021- capítulo III foram anexadas a este ETP 03 (três) formas de pagamento, enviadas pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil, referentes a inscrições de outros servidores que também irão participar do 17º Pregão Week, conforme demonstrado abaixo:

Comprovantes de Pagamento	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
Nota de Empenho nº 39/2023 - AUDITORIA DA 12A. CJM	1	R\$ 5.399,00	R\$ 5.399,00
Autorização para Execução de Capacitação nº 50671/2023 - BANCO CENTRAL DO BRASIL	1	R\$ 5.399,00	R\$ 5.399,00
Ordem de Pagamento nº 1449/2023 - PORTOS RS	1	R\$ 5.399,00	R\$ 5.399,00

Verifica-se que o valor estimado para a uma contratação, a saber R\$ 5.399,00 (cinco mil trezentos e noventa e nove reais) foi o mesmo praticado para todas as formas de pagamento.

Como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima demonstrou interesse em capacitar 02 (dois) servidores, o Instituto Negócios Públicos ofereceu um desconto de R\$ 828,00 (oitocentos e vinte e oito reais), ficando o valor unitário em R\$ **4.985,00** (quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais), totalizando R\$ 9.970,00 (nove mil novecentos e setenta reais), conforme Proposta NP Eventos para Participação de 02 inscrições, anexada a este ETP.

Assim, a metodologia utilizada para justificar o preço foi a MEDIANA, visto que o valor da presente contratação está alinhado ao valor das 03 (três) formas de pagamento, enviadas pelo Instituto Negócios Públicos, que comprovam que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala.

Ademais, o parcelamento, usualmente, não é ponto verificado em contratações diretas, já que estas não são feitas em regime competitivo.

Por se tratar de curso/ação de capacitação, o objeto em questão é composto por apenas 1 item, com preço unitário estimado em R\$ 4.985,00. Partindo da premissa que a contratação do serviço será feita sob égide do art. 74 da Lei 14333/21, os cursos de turma aberta, *in casu*, se mostram a alternativa mais viável para curso/ação de capacitação, quando se trata de necessidade de capacitar apenas 02 (dois) servidores permitindo o melhor uso do recurso público, bem como caracteriza assim, a natureza indivisível do objeto justificando o não parcelamento da solução.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Esta contratação é realizada de modo autônomo, independentemente de qualquer outro processo licitatório a fim de surtir todos os efeitos previstos.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, visa capacitar os servidores da COLIC para competência da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, conforme previsto no inciso V do art. 13 do Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e remaneja cargos em comissão e funções de confiança:

Art. 13. À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - planejar, coordenar e orientar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas aos Sistemas previstos nos incisos I a VIII do parágrafo único do art. 12;

II - realizar articulação com o órgão central dos sistemas federais de que tratam os incisos I a VIII do parágrafo único do art. 12;

III - planejar, coordenar, orientar e monitorar atividades de gestão de informação e conhecimento, de documentação, de planejamento estratégico e setorial, de organização e de inovação institucional, e de gestão de pessoas, no âmbito do Ministério, observadas as normas editadas pelos órgãos centrais dos sistemas federais de que tratam os incisos I a VIII do parágrafo único do art. 12;

IV - coordenar e acompanhar a elaboração e a consolidação dos planos e dos programas das atividades de sua área de competência, seus orçamentos e suas alterações, e submetê-los à decisão superior;

V - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério;

Salienta-se que a possibilidade de contratação de curso/ação de capacitação está prevista no parágrafo único do art. 14 do Decreto nº 9.991/2019:

Art. 14. Caberá às escolas de governo do Poder Executivo federal, em articulação com a Enap: (Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2020)

I - apoiar o órgão Central do SIPEC na consolidação e na priorização das necessidades de desenvolvimento de competências transversais contidas no Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento;

II - planejar a elaboração e a oferta de ações, a fim de atender, de forma prioritária, às necessidades mais relevantes de desenvolvimento de competências transversais contidas no Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento; e

III - ofertar, em caráter complementar à Enap, as ações de desenvolvimento de âmbito nacional priorizadas no planejamento, de forma direta ou por meio de parcerias ou contratações.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a possibilidade de contratação direta pelos órgãos ou pelas entidades de ações de desenvolvimento junto a terceiros, desde que em consonância com o disposto no PNDP. (Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2020).

Cumprе ressaltar que o último Mapa Estratégico do MMA com vigência de 2014 a 2022, previa como processo estruturante:

1) Eficiência Operacional

a) Estrutura e otimizar processos licitatórios e de contratação;

b) Otimizar a gestão dos recursos orçamentários; e

c) Sistematizar a captação e a execução de recursos externos ao orçamento

Ainda, conforme a DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE, a contratação de curso/ação de capacitação em tela está prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas do MMA (PDP MMA/2023) linhas nº 325 e 326 (Necessário aprofundamento nos conhecimentos a respeito da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115375000107-0-000001/2023

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 85

IV) Classe/Grupo: 929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

V) Identificador da Futura Contratação: 440001-125/2022

VI) DFD 396/2022

Assim, entende-se que a contratação está alinhada a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal, com as competências do órgão e com o PDP MMA/2023.

14. DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 é inexigível a licitação quando restar comprovada a inviabilidade de competição.

Nos casos de cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, por ser tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme estabelece o inciso III do art. 74 da supracitada Lei, é inviável a competição visto que cada ação de desenvolvimento é única pois depende da capacidade didática de cada instrutor/professor, do cronograma de cada curso, da carga horária e até mesmo do tamanho da turma.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, uma vez que a contratação da empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública, por inexigibilidade de licitação, não se justifica a subcontratação do objeto.

16. DA PADRONIZAÇÃO

A contratação não se enquadra como um produto padrão, uma vez que a contratação se trata de uma inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei 14.133/2021, a qual foram observadas que a contratada possui notória especialização nos temas pretendidos; experiência comprovada na temática envolvida; possui profissionais devidamente capacitados para atender à demanda da contratante; e possui condições de cumprir fielmente o objeto contratado.

17. DA ESCOLHA DA CONTRATADA

Face aos argumentos apresentados no presente ETP a escolha do Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública se justifica em razão de sua notória especialização conforme descreve o inciso XIX do art. 6º, combinado com o inciso III do art. 74, ambos da Lei nº 14.133/2021.

Fica evidenciada a notória especialização do Instituto na prestação de serviços de capacitação pelo fato de:

- a) O Grupo Negócios Públicos está há mais de 20 anos atuando na realização de eventos, treinamentos e soluções na área de Licitações e Contratos. É reconhecido no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes;
- b) Realiza há 17 anos o maior encontro nacional de compras públicas, o Congresso Brasileiro de Pregoeiros, que já capacitou mais de 25 mil servidores públicos. Todos os eventos prezam pela inovação e proporcionam um ciclo de capacitação contínua aos agentes públicos, com uma metodologia própria que possibilita um maior aproveitamento; e
- c) O Grupo Negócios Públicos oferece, ainda, suporte para todas as fases relacionadas à contratação pública, incluindo soluções em tecnologia que facilitam a atuação diária dos profissionais envolvidos.

As informações supracitadas sobre o Instituto foram extraídas do sítio eletrônico e estão anexadas ao presente ETP.

18. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Conforme Folder do curso 17º Week, constante no anexo deste ETP, o curso/ação de capacitação em estudo tem por objetivo:

"(...) analisar o regime jurídico e econômico da modalidade pregão em uma perspectiva sistêmica na Nova Lei de Licitações, com o evento estruturado em cinco pilares básicos: normatização, responsabilidade, estrutura procedimental, assessoramento e controle. Trata-se, pois, de uma visão multifatorial tendente a compreender, dentro de suas especificidades, a intensidade de influência de cada um dos pilares no agir administrativo dos compradores públicos e a perspectiva de análise dos órgãos de controle acerca dos atos praticados no pregão."

Assim, espera-se que ao final do curso/ação de capacitação os servidores sejam capazes de desenvolver as atividades que atendam a demanda institucional, alinhado aos objetivos estratégicos, considerando os princípios da economicidade, eficiência, eficácia, para melhor aproveitamento dos recursos humanos materiais e financeiros, bem como os princípios de desenvolvimento nacional sustentável.

19. Providências a serem Adotadas

Elaboração de documentos aplicados à contratação de cursos/ações de capacitação, previstos na Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa nº 58/2022 e Instrução Normativa Nº 5/2017, pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) designada pela PORTARIA MMA Nº 548, DE 15 DE JUNHO DE 2023.

20. Possíveis Impactos Ambientais

Entende-se que as atividades previstas não motivarão impactos ambientais significativos.

21. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

21.1. Justificativa da Viabilidade

A capacitação em tela está prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP/MMA conforme linhas nº 325 e 326 - Necessário aprofundamento nos conhecimentos a respeito da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e decorre da necessidade permanente de aprimorar os conhecimentos dos servidores que atuam na Coordenação de Licitações - COLIC/CGCC /SPOA que atuam na área de licitações e contratos por parte do MMA, bem como no Plano de Contratações Anuais (PCA MMA /2023), sob nº 440001-125/2022.

Do exposto neste ETP, a Equipe de planejamento declara a contratação viável, nos termos do inciso XIII, art. 7º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATO CAMPELO DOS SANTOS

Equipe de apoio

RUTH ESTER CAVALCANTE DE SANTANA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/10/2023 às 10:30:07.

CARLA FELICIANO DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/10/2023 às 07:19:40.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 17º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - de 23 a 27 de outubro de 2023.pdf (5.5 MB)
- Anexo II - AUDITORIA AMAZONAS.pdf (22.24 KB)
- Anexo III - BANCO CENTRAL DO BRASIL AEC 50671 2023 - assinada.pdf (30.79 KB)
- Anexo IV - PORTOS RS.pdf (188.36 KB)
- Anexo V - Sobre - Grupo Negócios Públicos - Capacitação e Soluções para Agentes Públicos.pdf (996.6 KB)
- Anexo VI - Proposta_DUAS_INSCRICOES.pdf (69.66 KB)

**Anexo I - 17º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos
Avançados sobre Pregão - de 23 a 27 de outubro de 2023.pdf**



23 A 27 DE OUTUBRO DE 2023

O MAIOR EVENTO DE CAPACITAÇÃO EM PREGÃO DO BRASIL

No formato PRESENCIAL, Garantir Minha Vaga. Será extraordinário!

INSCREVA-SE

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

CONFIRA

O MAIOR EVENTO DE CAPACITAÇÃO EM PREGÃO DO BRASIL



Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MINHA VAGA



PALESTRANTES CONFIRMADOS PARA O MAIOR EVENTO DO ANO
OS MELHORES ESPECIALISTAS DO BRASIL



<div>  </div>			
Viviane Mafissoni Especialista em Direito Público	Michelle marry Advogada da União desde 2007	Antonio Anastasia Ministro do TCU	Ronny Charles Advogado da União

VER TODOS

SOBRE O EVENTO

O MELHOR EVENTO DE PREGÃO DO BRASIL!



Com o advento da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a primeira impressão é que não fica "pedra sobre pedra". Mas, não é bem assim... A modalidade pregão assume um considerável protagonismo no novo marco regulatório das contratações públicas, porquanto a estrutura procedimental básica das modalidades licitatórias é, essencialmente, baseada na experiência exitosa da Lei nº 10.520/2002.

Ainda que mantida a estrutura básica do pregão – agregando novas possibilidades ao desenho da disputa, como a inversão de fases e a adoção da pré-qualificação – diversos "detalhes" da Nova Lei de Licitações demandam regulamentação infralegal para conferir operacionalidade, em especial, para as licitações eletrônicas.

Assim, com o objetivo de analisar o regime jurídico e econômico da modalidade pregão em uma perspectiva sistêmica na Nova Lei de Licitações, o evento foi estruturado em cinco pilares básicos: normatização, responsabilidade, estrutura procedimental, assessoramento e controle. Trata-se, pois, de uma visão multifatorial tendente a compreender, em suas complexidades, a intensidade de influência de cada elemento no agir administrativo dos compradores e a necessidade de uma análise dos órgãos de controle cados no pregão.



Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MINHA VAGA



5
DIAS
DE IMERSÃO

+25MIL
AGENTES
CAPACITADOS

16
ANOS DE
CREDIBILIDADE


30H
DE CAPACITAÇÃO

PROGRAMAÇÃO

PALESTRAS E OFICINAS INÉDITAS COM O MELHOR CONTEÚDO PARA VOCÊ!


23/10/2023
TERÇA 24/10/2023
QUARTA 25/10/2023
QUINTA 26/10/2023
SEXTA 27/10/2023

TARDE - Segunda

<div>23/10</div> <div>16:00 - 19:30</div> <div>Credenciamento</div> <div>Presencial</div>	<div>23/10</div> <div>19:30 - 20:00</div> <div>Abertura do salão</div> <div>Presencial</div>	<div>23/10</div> <div>20:00 - 20:15</div> <div>Abertura do Evento</div> <div>Presencial</div>	<div>  </div> <div>ABERTURA I acordo com a mudou?</div> <div>Antonio Anastas Ministro do TCU</div> <div>Pre</div>
---	--	---	--



Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

VER TODA PROGRAMAÇÃO

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MIN VAGA





CONFIRA COMO FOI A 16ª EDIÇÃO DO PREGÃO WEEK

Confira como foi a 16ª Edição do Pregão Week Híbrido - Presencial em Foz do Iguaçu/PR e Online 100% Ao

Estudo Técnico Preliminar 38_2023 (1468003) SEI 02000.013954/2023-11 / pg. 71



é o que
próxima
lugar!

RESERVE AGORA MESMO SUA VAGA NO **17º PREGÃO WEEK**

23 A 27 DE OUTUBRO DE 2023

 **FOZ DO IGUAÇU**

QUERO ME INSCREVER!



CONFIRA OS MOTIVOS PARA VOCÊ PARTICIPAR

FACA PARTE DESSE MOMENTO HISTÓRICO E RESERVE



Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

GARANTIR MINHA VAGA

3 ANO!

Por **R\$ 5.399,00**



Credibilidade

Mais de 21 anos de atuação no Mercado de Pregão



Nossa Paixão

temos orgulho de realizar os maiores eventos do Brasil



Imersão

5 Dias intensos de aprendizado sobre Pregão



Autoridades

Os melhores doutrinadores e palestrantes



Transformação



Certificação



participação reconhecida através de certificado


modalidade presencial



LOCAL DO EVENTO PRESENCIAL
MABU THERMAS GRAND RESORT
 Foz do Iguaçu - PR

A Rede Mabu oferece há mais de 45 anos, serviços hoteleiros com alto padrão de excelência para garantir as melhores experiências aos seus hóspedes, a lazer ou a negócios. Constrói sua história mantendo arraigados valores, como respeito, honestidade, empreendedorismo e sustentabilidade. Investe constantemente para aprimorar os serviços prestados e a experiência dos seus clientes, assim como em medidas socioambientais para garantir um contato harmônico entre o homem e a natureza.

☎ 4002-6040  hoteismabu.com.br

 Inscrição 17º Pregão Week
 Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00
 Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MIN VAGA 



O evento é destinado aos agentes públicos da administração direta e indireta, federais, estaduais e municipais, dos Três Poderes e dos Tribunais de Contas, Entidades Paraestatais, Conselhos Profissionais, entre outros.

Em suma, órgãos e agentes que atuem nas camadas diretivas e nas diferentes linhas de defesa das organizações, no controle interno e



gão.

SÃO MAIS DE **30 HORAS** DE CAPACITAÇÃO EM CINCO DIAS DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE PREGÃO!

PRESENCIAL

GARANTIR MINHA VAGA



SOBRE O EVENTO

Sobre o evento
Palestrantes
Programação
Oficinas
Hospedagem
Inscreva-se

INSTITUTO NP

Quem somos
Agenda de Eventos
Cursos
Fale conosco

CONTATO

(41) 3778-1887
(41) 98877-0234
falecom@institutonp.com.br



Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MINHA VAGA



©2023. Todos os direitos reservados.
Desenvolvido por Agência NONA.

AGÊNCIA **NONA**

Anexo II - AUDITORIA AMAZONAS.pdf

Data e hora da consulta: 20/09/2023 16:11

Usuário: ***.867.422-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emissor

Código	Nome	Moeda
60021	AUDITORIA DA 12A. CJM	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
00.497.552/0024-43	AVENIDA SAO JORGE NR 2835 SAO JORGE	69030-680
Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	(92) 2127-5500

Ano	Tipo	Número
2023	NE	39

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167545	1000000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
14/09/2023	Ordinário	000170/23-12.125	-	5.399,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
10.498.974/0002-81	INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUD	85864-320
Endereço	UF	Telefone
AV. JOSE MARIA DE BRITO, 1707 JARDIM DAS NAÇÕES	PR	41-3778-1719, 41-98877-0234 (WHATSHAP)
Município	UF	Telefone
FOZ DO IGUAÇU	PR	41-3778-1719, 41-98877-0234 (WHATSHAP)

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
94	INEXIGIBILIDADE	25	-	II	-
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 8.666 / 1993	25	-	II	-	

Descrição

AUD12CJM: 2352/2023 - Despesa referente à inscrição do servidor RAFAEL AUGUSTO DE CARVALHO no 17º Pregão Week, a ser realizado no período de 23 a 27 de outubro de 2023, na modalidade presencial, em Foz do Iguaçu / PR, conforme Processo SEI JMU 000170/23-12.125.

Local da Entrega

Não se Aplica

Informação Complementar

Auditoria da 12ª CJM - Av. São Jorge, 2835 - bairro São Jorge

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	20/09/2023 13:03:20	Alteração

Data e hora da consulta: 20/09/2023 16:11

Usuário: ***.867.422-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	5.399,00

Subelemento 22 - EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Inscrição inscrição do servidor RAFAEL AUGUSTO DE CARVALHO no 17º Pregão Week, promovido pelo INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CNPJ Nº 10.498.974/0002-81, conforme Art. 25, inciso II, § 1º, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93. - Número da Inscrição: R4I0B; - CPF da Participante: 858.867.422-04.	5.399,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
14/09/2023	Inclusão	1,00000	5.399,0000	5.399,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
ATALIBA DIAS RAMOS
***.930.147-**
20/09/2023 13:03:20

Gestor Financeiro
RAFAEL AUGUSTO DE CARVALHO
***.867.422-**
14/09/2023 17:21:53

Versão	Data/Hora	Operação
002	20/09/2023 13:03:20	Alteração

**Anexo III - BANCO CENTRAL DO BRASIL AEC 50671
2023 - assinada.pdf**



Autorização para Execução de Capacitação (AEC)

Turma Aberta

CNPJ: 00.038.166/0008-73

Local	Data	Número AEC	Página
SALVADOR	10/08/2023	AEC Bacen/ADSAL-50671/2023	1 de 2

Identificador do Prestador de Serviço

CNPJ		Razão social		
10.498.974/0002-81		INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA		
Endereço		Cidade		
AVENIDA JOSE MARIA DE BRITO, 1707, JARDIM DAS NACOES		FOZ DO IGUAÇU		
UF	CEP	Telefone	E-mail	Código do Titular
PR	85864-320			30623.0001-3
Conta Bancária		Banco nº	Nome	Agência nº
CC 20504-4		001	BCO DO BRASIL S.A.	1622-5

Informações gerais sobre a contratação

Processo nº		Regime de Execução	
PE 000000247116		Empreitada por preço global	
Inexigibilidade (Lei 8.666/93, Art. 25, Inciso II)			
Forma de execução		Vigência	
De uma só vez		Data de início da ação educacional	Data fim da ação educacional
		23/10/2023	27/10/2023

Autorização

De conformidade de sua proposta constante do processo em Referência, autorizamos a participação do(s) servidor(es) a seguir identificado(s) no(s) evento(s) caracterizado(s) abaixo e solicitamos que o Recibo ou Fatura seja emitido em nome do Banco Central do Brasil – CNPJ 00.038.166/0001-05.

Especificação da Ação Educacional

Descrição: Nome
Inscrição de servidor do DEINF na 17ª Pregão Week
Local de realização
Presencial no país em Foz do Iguaçu/PR.

Quantidade de Participantes	Preço Total
1	R\$ 5.399,00
Valor total desta AEC	
R\$ 5.399,00	(cinco mil trezentos e noventa e nove reais)

Classificação da despesa

Cód. Orçam.	Classif. Contábil	Nota(s) / Empenho nº	Valor
40.10.2.001-2	4030.28.02-9	4208/2023	5.399,00

Identificação da Solicitação

Nº PART	Componente Solicitante	Telefone/Fax
2023/0087	DEINF/GEDEV/DICOL	

Assinatura Eletrônica ou Carimbo, Data e Assinatura do Banco

Anexo(s):
I - Participantes .

ANEXO I - PARTICIPANTES

1	GUSTAVO DA SILVA VIEIRA
---	-------------------------

Anexo IV - PORTOS RS.pdf



23930100027100



PORTOS RS - Autoridade Portuária dos Por
Diretoria Administrativa e Financeira
Gerência Financeira e Contábil

AUTORIZO

Em 05 de Setembro de 2023

ORDEN DE PAGAMENTO
FORNECEDOR

Nº 001449

EXERCÍCIO de 2023

Diretor Superintendente

ROL: **BANRISUL**

PAGUE-SE em favor de COORDENADORIA DE COMPRAS E CONTRATOS
Cód:45715 a IMPORTÂNCIA de 5.399,00(Cinco Mil e Trezentos e
Noventa e Nove Reais)

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL DA DESPESA:

Nro Docto.Caixa:

Processo OP:23/9301-0002710-0

Conta Débito: 1.02.02.0005.00 -DESPESA AUTORIZADA

Conta Crédito: 2.03.03.0011.00 -Bancos Conta Movimento

Referente a:

Reserva de recurso para a Participação da Pregoeira ERICA MILENA POKORSKI DE ANDRADE, no Evento 17º Pregão Week (Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão), que ocorrerá de forma presencial em Foz do Iguaçu/PR, de 23 a 27 de outubro de 2023

Valor Bruto:	5.399,00
Descontos:	0,00
Valor Líquido:	5.399,00

PAGAMENTO:

Forma:DEPÓSITO EM C.CORRENTE

Banco: Ag: Conta:

Nr. ROL: / Enviado em: / /

Carimbo e/ou autentificação mecânica do caixa:

Encarregado

Rua Honorio Bicalho s/n- Rio Grande - RS - BRASIL
CEP 96 201-020- Cx.Postal 198 - Fone:(53) 3231-1366 - Fax:(53) 3231-1
CGC 01 039 203/0001-54



**Anexo V - Sobre - Grupo Negócios Públicos - Capacitação e
Soluções para Agentes Públicos.pdf**



QUEM SOMOS

O Grupo Negócios Públicos está há mais de 20 anos atuando na realização de eventos, treinamentos e soluções na área de Licitações e Contratos. É reconhecido no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes.

Realiza há 17 anos o maior encontro nacional de compras públicas, o Congresso Brasileiro de Pregoeiros, que já capacitou mais de 25 mil servidores públicos. Todos os eventos prezam pela inovação e proporcionam um ciclo de capacitação contínua aos agentes públicos, com uma metodologia própria que possibilita um maior aproveitamento.

O Grupo Negócios Públicos oferece, ainda, suporte para todas as fases relacionadas à contratação pública, incluindo soluções em tecnologia que facilitam a atuação diária dos profissionais envolvidos.

NEGÓCIOS PÚBLICOS

**UM NOVO MARCO. UMA
NOVA HISTÓRIA EM SUA
JORNADA DE SUCESSO.**

SAIBA MAIS



VISÃO

Este site armazena cookies em seu dispositivo. Usamos estas informações para melhorar a sua experiência. Para mais informações, leia na [Política de Privacidade](#).

Ok, ENTENDI!

meio de soluções tecnológicas, orientação e capacitação,
tornando-se referência na transformação das Instituições

Orientação.

Visão Abrangente

NOSSOS VALORES

EFICIÊNCIA

Nossa eficiência é fundamentada na vontade de tornar a administração mais enxuta, eficiente e levar soluções de maneira rápida ante as necessidades do segmento.

EMPRESAS DO GRUPO



Negócios Públicos Instituto

Responsável pela organização dos maiores e melhores Congressos e Seminários Brasil, com foco na capacitação continuada e na orientação dos agentes públicos em matéria de Licitações e Contratos Administrativos.

“O Grupo Negócios Públicos sempre esteve à frente, inovando e transformando as aquisições públicas. Com mais de vinte anos de história, a organização possui notoriedade e credibilidade, crescendo junto com a Administração Pública e seus servidores, que buscam sempre fazer o certo e melhor na área das compras, dos contratos e da governança.”



R. Dr. Brasília Vicente de
Castro, 111 Campo
Comprido, Curitiba - PR
CEP 81200-526

Conheça o Grupo

[Quem Somos](#)
[Certidões](#)
[Trabalhe Conosco](#)
[Nossos Valores](#)
[Política de](#)
[Privacidade](#)
[Contato](#)

Capacitação

[Congressos](#)
[Seminários](#)
[Masterclasses](#)
[Cursos](#)
[Pós-Graduação](#)

Treinamentos

[Maestria](#)
[In Company](#)

Soluções Tecnológicas

[Banco de Preços](#)
[ContratosGov](#)
[Sollicita Pro](#)
[Sollicita](#)
[GovPlan](#)
[Rean](#)

Contato

41 3778-1700

Siga nossas redes sociais!

falecom@negociospublicos.com.br



Baixe nosso aplicativo NP Events!



©2023. Todos os direitos reservados. Desenvolvido por Agência NONA.

AGÊNCIA **NONA**

Este site armazena cookies em seu dispositivo. Usamos estas informações para melhorar a sua experiência. Para mais informações, leia na [Política de Privacidade](#).

Anexo VI - Proposta_DUAS_INSCRICOES.pdf

Curitiba, 18 de Setembro de 2023

Proposta nº 994/2023

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - SUBSECRETARIA DE PLANEJ., ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

A/C: VINICIUS MENDES MACHADO

Encaminhando a proposta acerca do **17º Pregão Week**, que será realizado nos dias **23 a 27 de Outubro de 2023**, em Foz do Iguaçu/PR.

1 INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO:

Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
2	5.399,00	828,00	9.970,00

O INVESTIMENTO PARA CONTRATAÇÃO CONTEMPLA:

- a) Inscrição e Acesso às Palestras Presenciais em Plenária e Oficinas ;
- b) Certificado Digital de Conclusão do Treinamento;
- c) Material Didático Exclusivo Impresso;
- d) 01 jantar (abertura) 04 almoços e 07 Coffee Breaks;
- e) Gravações do evento (após a edição 60 dias) para ser revisto novamente por 1 (um) ano.

2 CARGA HORÁRIA:

30 Horas de Capacitação.

3 INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:

Emitir ao Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda . CNPJ: 10.498.974/0002-81 . Devendo o respectivo pagamento ser efetuado através da conta:



Banco do Brasil AG.1622-5 Conta: 20504-4

VALIDADE DA PROPOSTA: 23/10/2023

Atenciosamente,
JESSICA FABRI
Consultor Comercial

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos
25/2023

Responsável pela Edição
RUTH ESTER CAVALCANTE DE SANTANA

Data de Criação
03/10/2023 13:52

Objeto da Matriz de Riscos

Contratação de curso de capacitação, turma aberta, na modalidade Presencial

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Conteúdo não adequado ao tema do curso e/ou não correspondente a sua carga horária	Análise deficitária do conteúdo do curso e de sua respectiva carga horária por parte da equipe de capacitação e da área demandante.	Planejamento	Administração	Médio	1
Impactos						
1	Não atendimento das necessidades de capacitação por parte do servidor ou área demandante.					
Ações Preventivas						
P-01	Análise detalhada do conteúdo programático e da carga horária da ação de desenvolvimento por parte da equipe de capacitação e da área demandante.			Responsável: RUTH ESTER CAVALCANTE DE SANTANA		
P-02	Entender a real necessidade da área e encaminhar à área demandante, após análise dos Contratantes, o cronograma e o conteúdo programático, a qual deverá justificar e apontar a sua escolha.			Responsável: RUTH ESTER CAVALCANTE DE SANTANA		
Ações de Contingência						
C-01	Solicitar que a área demandante apresente, de maneira clara e objetiva, a sua necessidade de capacitação para que seja feita uma análise e planejamento prévios que garantam o atendimento efetivo da necessidade de capacitação da área demandante.			Responsável: RUTH ESTER CAVALCANTE DE SANTANA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Contratante não efetuar o devido controle de assiduidade dos participantes e não emitir e entregar os certificados de conclusão de curso.	Falta de fiscalização da Contratante em relação ao cumprimento das cláusulas contratuais.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	O servidor não conseguirá comprovar que participou do evento da ação de desenvolvimento o que acarretará prejuízo no seu controle de frequência.					
Ações Preventivas						
P-01	o servidor participante deverá assinar a lista de frequência de participação na ação de desenvolvimento diariamente e deverá comunicar o SECAP caso a Contratante não efetue o controle de frequência.			Responsável: RUTH ESTER CAVALCANTE DE SANTANA		
Ações de Contingência						
C-01	Acompanhar as atividades executadas pela Contratada para ministrar a ação de desenvolvimento.			Responsável: RUTH ESTER CAVALCANTE DE SANTANA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Não realização do curso	Indisponibilidade e/ou erro na plataforma de ensino da Contratada	Gestão de Contrato	Contratada	Alto	
Impactos						
1	Capacitação não realizada. Necessidade não será atendida					
Ações Preventivas						
P-01	Seleção de fornecedor com histórico consistente de promoção de cursos desta natureza			Responsável: RENATO SANTOS		
Ações de Contingência						

C-01 Entrar em contato com a contratada e verificar possibilidade de reagendamento da aula **Responsável:** RENATO CAMPELO DOS SANTOS

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Definição da contratação como inexigibilidade nos Estudos Preliminares sem a correta instrução processual e demonstração de escolha do fornecedor, com fulcro nos Arts. 72 e 74 da Lei nº 14.133 /2021	Definição do enquadramento da contratação sem amparo fundamentado	Seleção do Fornecedor	Administração	Baixo	1
Impactos						
1	Atraso na contratação e necessidade de retorno à fase de planejamento da contratação.					
Ações Preventivas						
P-01	Elaborar os artefatos da contratação em conjunto com a área de licitações e o integrante da equipe de planejamento designado pela área de compras, estabelecendo procedimentos para o acompanhamento da elaboração dos artefatos, avalie, opine e contribua, de modo a evitar os envios e devoluções no processo para revisão.			Responsáveis: RUTH ESTER CAVALCANTE DE SANTANA, CARLA FELICIANO DA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Discussão com todos os envolvidos (equipe de planejamento, área de contratos e interessados no processo) para realização dos ajustes necessários para encaminhamento do processo.			Responsável: CARLA FELICIANO DA SILVA		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

RENATO CAMPELO DOS
SANTOS
Equipe de apoio

RUTH ESTER CAVALCANTE
DE SANTANA
Equipe de apoio

CARLA FELICIANO DA SILVA
Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP38_2023.pdf (6.87 MB)
- Anexo II - TR49_2023.pdf (13.52 MB)

Anexo I - ETP38_2023.pdf

Estudo Técnico Preliminar 38/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 02000.013954/2023-11

2. Descrição da necessidade

CONTRATAÇÃO A TÍTULO DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM AÇÃO DE CAPACITAÇÃO (CURSO DE TURMA ABERTA)

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo subsidiar a contratação, a título de inscrição, para participação de 02 (dois) servidores na **Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 17º Pregão Week** previsto para ser realizado no período de **23 a 27/10/2023**, no formato **presencial**, na cidade de Foz do Iguaçu /PR, promovido pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública.

2.2 A capacitação em tela está prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP/MMA conforme linhas nº 325 e 326 - Necessário aprofundamento nos conhecimentos a respeito da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e decorre da necessidade permanente de aprimorar os conhecimentos e ampliar o conteúdo técnico para a área de licitações e contratos dos servidores que atuam na Coordenação de Licitações - COLIC/CGCC do MMA, bem como no Documento de Formalização da Demanda nº 396/2022.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Compras e Contratos	ZAILTON HOLANDA BATALHA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação do objeto em tela dar-se-á por Inexigibilidade, fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea f da Lei 14.333/21.

Nesse sentido, vale atentar que a inexigibilidade de licitação configura medida de exceção no ordenamento jurídico brasileiro, cuja regra é a da exigência de prévio procedimento para aferição da proposta mais vantajosa (art. 37, XXI, CF).

As hipóteses de inexigibilidade previstas na Lei nº 14.333/21 meramente exemplificativas, cabe reproduzir o dispositivo legal aplicável à contratação direta ora em apreço:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

§ 5º (...)

Nesse condão, observa-se que a inviabilidade de competição para a contratação de serviços, a que alude o inciso III do art. 74 da Lei nº 14.333/21, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, natureza intelectual do serviço e notória especialização do contratado.

A própria Lei nº 14.133/21 assim define:

a) serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos serviços de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. (art. 6º, XVIII, f);

b) Notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato (art. 6º, XIX).

5. DA ENTREGA

Por se tratar de curso/ação de capacitação em turma aberta, os serviços serão prestados no local indicado pela contratada, conforme indicado no Folder anexo deste ETP, a saber, em Foz do Iguaçu/PR.

6. DA NATUREZA DA ATIVIDADE

Conforme DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE o objeto em estudo se enquadra como atividades instrumentais e acessórias, sendo possível ser contratada.

Portanto trata-se de serviço comum de caráter não continuado, sem fornecimento de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva.

7. Levantamento de Mercado

Foi efetuada pesquisa mercadológica pela COLIC, em atendimento ao disposto no Art. 24, parágrafo primeiro, inciso V, da IN SLTI 05/2017 que estabelece:

Art. 24. Com base no documento que formaliza a demanda, a equipe de Planejamento da Contratação deve realizar os Estudos Preliminares, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 49, de 2020).

Tal orientação coaduna com o disposto no inciso V do parágrafo único do art. 18 da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

...

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

...

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

E, ainda, com o disposto no inciso III do art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022:

Art. 9º Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no Sistema ETP Digital os seguintes elementos:

...

III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

Nesse condão, insta esclarecer, que no âmbito da administração pública federal, as necessidades de capacitação podem ser atendidas das seguintes formas:

1) Realização de curso/ação de capacitação utilizando-se das escolas de governo:

Após consulta ao sítio eletrônico da Escola Nacional da Administração Pública - ENAP, verificou-se que não consta na programação de cursos para o exercício de 2023 curso na temática apontada para a presente necessidade de contratação.

2) Realização de curso/ação de capacitação utilizando-se da Gratificação de Encargos de Cursos e Concursos - GECC, regulamentada em âmbito federal pelo Decreto nº 11.069/2022 e no âmbito do MMA pela Portaria MMA nº 300/2016.

Por se tratar da necessidade de capacitação de apenas 02 (dois) servidores, torna-se mais oneroso ao Erário Público a realização de curso, por meio de instrutoria, utilizando-se GECC, uma vez que pela Gratificação contrata-

se apenas um instrutor, considerando os custos com a elaboração de material didático e a ministração das aulas, e no Seminário os servidores têm a oportunidade de obter conhecimentos de vários palestrantes, o que favorece assim a capacitação dos servidores.

Tabela dos custos da contratação por GECC:

Valor de Referência publicado na PORTARIA SGPRT/MGI Nº 2.163, DE 12 DE MAIO DE 2023		Enquadramento do Curso		
R\$ 29.760,95		Treinamento		
Enquadramento do Instrutor	Percentual por hora conforme anexos I e II da Portaria 300/2016	Valor da hora/aula ministrada	Total de horas de instrutoria	Valor a ser pago pelas horas de aulas ministrada
A	0,75	R\$ 223,21	30	R\$ 6.696,14
Enquadramento do Elaborador de Material Didático	Percentual por hora conforme anexos I e II da Portaria 300/2016	Valor da hora da atividade de elaboração de material didático	Total de horas de elaboração de material didático	Valor a ser pago pelas horas de aulas ministrada
A	0,75	R\$ 223,21	15	R\$ 3.348,11
TOTAL				R\$ 10.044,32

3) Realização de curso de turma fechada (*in company*)

Por se tratar de necessidade de capacitação de apenas 02 (dois) servidores torna-se mais oneroso ao Erário Público, visto que a contratação de curso de turma fechada pressupõe a capacitação de vários servidores, o que não é o caso em tela, assim, a realização de curso de turma fechada (*in company*) não é razoável.

4) Realização de curso de turma aberta:

Os cursos de turma aberta se mostram a alternativa mais viável para curso/ação de capacitação quando se trata de necessidade de capacitar apenas 02 (dois) servidores permitindo o melhor uso do recurso público.

8. Descrição da solução como um todo

O presente estudo, como já informado, refere-se a contratação, a título de inscrição, de empresa com mais de 21 (vinte e um) anos de atuação no Mercado do Pregão, com mais de 25.000 (vinte e cinco mil) agentes públicos capacitados e o maior encontro da área de Pregão.

Os conteúdos do curso/ação de capacitação que se pretende contratar está discriminado no Folder do Curso 17º Pregão Week, constante no anexo deste ETP, fornecido pelo Instituto Negócios Públicos.

O curso será realizado de forma presencial e cada participante receberá apostilas e demais materiais necessários ao desempenho do evento.

O material didático em língua portuguesa é de responsabilidade da empresa especializada que se pretende contratar.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE o presente ETP visa subsidiar a contratação, a título de inscrição, para participação em ação de capacitação (turma aberta) quantificado da seguinte forma:

Capacitação	Quantidade	Carga Horária	Valor Unitário (R\$)	CATSER
17º Pregão Week (Presencial)	2	30 (vinte) h/a	R\$ 4.985,00 (quatro mil, novecentos e oitenta e cinco reais)	14729 - Treinamento na área de administração pública

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.970,00

A despesa total estimada da contratação é de **R\$ 9.970,00** (nove mil novecentos e setenta reais), conforme ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS e Proposta NP Eventos para Participação de 02 (duas) inscrições, constante no Anexo deste ETP.

Cumprе salientar que o curso/ação de capacitação será realizado de forma presencial e ocorrerá em cidade distinta da cidade de lotação dos servidores, o que ACARRETERÁ em despesas com diárias e passagens.

O parágrafo 1º do art. 7º da Instrução Normativa nº 65/2021 estabelece que (grifos acrescidos):

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

Assim, a fim de justificar o valor estimado da contratação, em atendimento ao disposto no art. 23, § 1º e 4º da Lei 14.333/21 combinado com a IN 65/2021- capítulo III foram anexadas a este ETP 03 (três) formas de pagamento, enviadas pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil, referentes a inscrições de outros servidores que também irão participar do 17º Pregão Week, conforme demonstrado abaixo:

Comprovantes de Pagamento	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
Nota de Empenho nº 39/2023 - AUDITORIA DA 12A. CJM	1	R\$ 5.399,00	R\$ 5.399,00
Autorização para Execução de Capacitação nº 50671/2023 - BANCO CENTRAL DO BRASIL	1	R\$ 5.399,00	R\$ 5.399,00
Ordem de Pagamento nº 1449/2023 - PORTOS RS	1	R\$ 5.399,00	R\$ 5.399,00

Verifica-se que o valor estimado para a uma contratação, a saber R\$ 5.399,00 (cinco mil trezentos e noventa e nove reais) foi o mesmo praticado para todas as formas de pagamento.

Como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima demonstrou interesse em capacitar 02 (dois) servidores, o Instituto Negócios Públicos ofereceu um desconto de R\$ 828,00 (oitocentos e vinte e oito reais), ficando o valor unitário em R\$ **4.985,00** (quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais), totalizando R\$ 9.970,00 (nove mil novecentos e setenta reais), conforme Proposta NP Eventos para Participação de 02 inscrições, anexada a este ETP.

Assim, a metodologia utilizada para justificar o preço foi a MEDIANA, visto que o valor da presente contratação está alinhado ao valor das 03 (três) formas de pagamento, enviadas pelo Instituto Negócios Públicos, que comprovam que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala.

Ademais, o parcelamento, usualmente, não é ponto verificado em contratações diretas, já que estas não são feitas em regime competitivo.

Por se tratar de curso/ação de capacitação, o objeto em questão é composto por apenas 1 item, com preço unitário estimado em R\$ 4.985,00. Partindo da premissa que a contratação do serviço será feita sob égide do art. 74 da Lei 14333/21, os cursos de turma aberta, *in casu*, se mostram a alternativa mais viável para curso/ação de capacitação, quando se trata de necessidade de capacitar apenas 02 (dois) servidores permitindo o melhor uso do recurso público, bem como caracteriza assim, a natureza indivisível do objeto justificando o não parcelamento da solução.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Esta contratação é realizada de modo autônomo, independentemente de qualquer outro processo licitatório a fim de surtir todos os efeitos previstos.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, visa capacitar os servidores da COLIC para competência da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, conforme previsto no inciso V do art. 13 do Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e remaneja cargos em comissão e funções de confiança:

Art. 13. À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - planejar, coordenar e orientar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas aos Sistemas previstos nos incisos I a VIII do parágrafo único do art. 12;

II - realizar articulação com o órgão central dos sistemas federais de que tratam os incisos I a VIII do parágrafo único do art. 12;

III - planejar, coordenar, orientar e monitorar atividades de gestão de informação e conhecimento, de documentação, de planejamento estratégico e setorial, de organização e de inovação institucional, e de gestão de pessoas, no âmbito do Ministério, observadas as normas editadas pelos órgãos centrais dos sistemas federais de que tratam os incisos I a VIII do parágrafo único do art. 12;

IV - coordenar e acompanhar a elaboração e a consolidação dos planos e dos programas das atividades de sua área de competência, seus orçamentos e suas alterações, e submetê-los à decisão superior;

V - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério;

Salienta-se que a possibilidade de contratação de curso/ação de capacitação está prevista no parágrafo único do art. 14 do Decreto nº 9.991/2019:

Art. 14. Caberá às escolas de governo do Poder Executivo federal, em articulação com a Enap: (Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2020)

I - apoiar o órgão Central do SIPEC na consolidação e na priorização das necessidades de desenvolvimento de competências transversais contidas no Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento;

II - planejar a elaboração e a oferta de ações, a fim de atender, de forma prioritária, às necessidades mais relevantes de desenvolvimento de competências transversais contidas no Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento; e

III - ofertar, em caráter complementar à Enap, as ações de desenvolvimento de âmbito nacional priorizadas no planejamento, de forma direta ou por meio de parcerias ou contratações.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a possibilidade de contratação direta pelos órgãos ou pelas entidades de ações de desenvolvimento junto a terceiros, desde que em consonância com o disposto no PNDP. (Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2020).

Cumprе ressaltar que o último Mapa Estratégico do MMA com vigência de 2014 a 2022, previa como processo estruturante:

1) Eficiência Operacional

a) Estrutura e otimizar processos licitatórios e de contratação;

b) Otimizar a gestão dos recursos orçamentários; e

c) Sistematizar a captação e a execução de recursos externos ao orçamento

Ainda, conforme a DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE, a contratação de curso/ação de capacitação em tela está prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas do MMA (PDP MMA/2023) linhas nº 325 e 326 (Necessário aprofundamento nos conhecimentos a respeito da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115375000107-0-000001/2023

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 85

IV) Classe/Grupo: 929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

V) Identificador da Futura Contratação: 440001-125/2022

VI) DFD 396/2022

Assim, entende-se que a contratação está alinhada a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal, com as competências do órgão e com o PDP MMA/2023.

14. DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 é inexigível a licitação quando restar comprovada a inviabilidade de competição.

Nos casos de cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, por ser tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme estabelece o inciso III do art. 74 da supracitada Lei, é inviável a competição visto que cada ação de desenvolvimento é única pois depende da capacidade didática de cada instrutor/professor, do cronograma de cada curso, da carga horária e até mesmo do tamanho da turma.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, uma vez que a contratação da empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública, por inexigibilidade de licitação, não se justifica a subcontratação do objeto.

16. DA PADRONIZAÇÃO

A contratação não se enquadra como um produto padrão, uma vez que a contratação se trata de uma inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei 14.133/2021, a qual a foram observadas que a contratada possui notória especialização nos temas pretendidos; experiência comprovada na temática envolvida; possui profissionais devidamente capacitados para atender à demanda da contratante; e possui condições de cumprir fielmente o objeto contratado.

17. DA ESCOLHA DA CONTRATADA

Face aos argumentos apresentados no presente ETP a escolha do Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública se justifica em razão de sua notória especialização conforme descreve o inciso XIX do art. 6º, combinado com o inciso III do art. 74, ambos da Lei nº 14.133/2021.

Fica evidenciada a notória especialização do Instituto na prestação de serviços de capacitação pelo fato de:

- a) O Grupo Negócios Públicos está há mais de 20 anos atuando na realização de eventos, treinamentos e soluções na área de Licitações e Contratos. É reconhecido no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes;
- b) Realiza há 17 anos o maior encontro nacional de compras públicas, o Congresso Brasileiro de Pregoeiros, que já capacitou mais de 25 mil servidores públicos. Todos os eventos prezam pela inovação e proporcionam um ciclo de capacitação contínua aos agentes públicos, com uma metodologia própria que possibilita um maior aproveitamento; e
- c) O Grupo Negócios Públicos oferece, ainda, suporte para todas as fases relacionadas à contratação pública, incluindo soluções em tecnologia que facilitam a atuação diária dos profissionais envolvidos.

As informações supracitadas sobre o Instituto foram extraídas do site eletrônico e estão anexadas ao presente ETP.

18. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Conforme Folder do curso 17º Week, constante no anexo deste ETP, o curso/ação de capacitação em estudo tem por objetivo:

"(...) analisar o regime jurídico e econômico da modalidade pregão em uma perspectiva sistêmica na Nova Lei de Licitações, com o evento estruturado em cinco pilares básicos: normatização, responsabilidade, estrutura procedimental, assessoramento e controle. Trata-se, pois, de uma visão multifatorial tendente a compreender, dentro de suas especificidades, a intensidade de influência de cada um dos pilares no agir administrativo dos compradores públicos e a perspectiva de análise dos órgãos de controle acerca dos atos praticados no pregão."

Assim, espera-se que ao final do curso/ação de capacitação os servidores sejam capazes de desenvolver as atividades que atendam a demanda institucional, alinhado aos objetivos estratégicos, considerando os princípios da economicidade, eficiência, eficácia, para melhor aproveitamento dos recursos humanos materiais e financeiros, bem como os princípios de desenvolvimento nacional sustentável.

19. Providências a serem Adotadas

Elaboração de documentos aplicados à contratação de cursos/ações de capacitação, previstos na Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa nº 58/2022 e Instrução Normativa Nº 5/2017, pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) designada pela PORTARIA MMA Nº 548, DE 15 DE JUNHO DE 2023.

20. Possíveis Impactos Ambientais

Entende-se que as atividades previstas não motivarão impactos ambientais significativos.

21. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

21.1. Justificativa da Viabilidade

A capacitação em tela está prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP/MMA conforme linhas nº 325 e 326 - Necessário aprofundamento nos conhecimentos a respeito da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e decorre da necessidade permanente de aprimorar os conhecimentos dos servidores que atuam na Coordenação de Licitações - COLIC/CGCC /SPOA que atuam na área de licitações e contratos por parte do MMA, bem como no Plano de Contratações Anuais (PCA MMA /2023), sob nº 440001-125/2022.

Do exposto neste ETP, a Equipe de planejamento declara a contratação viável, nos termos do inciso XIII, art. 7º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATO CAMPELO DOS SANTOS

Equipe de apoio

RUTH ESTER CAVALCANTE DE SANTANA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/10/2023 às 10:30:07.

CARLA FELICIANO DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/10/2023 às 07:19:40.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 17º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - de 23 a 27 de outubro de 2023.pdf (5.5 MB)
- Anexo II - AUDITORIA AMAZONAS.pdf (22.24 KB)
- Anexo III - BANCO CENTRAL DO BRASIL AEC 50671 2023 - assinada.pdf (30.79 KB)
- Anexo IV - PORTOS RS.pdf (188.36 KB)
- Anexo V - Sobre - Grupo Negócios Públicos - Capacitação e Soluções para Agentes Públicos.pdf (996.6 KB)
- Anexo VI - Proposta_DUAS_INSCRICOES.pdf (69.66 KB)

**Anexo I - 17º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos
Avançados sobre Pregão - de 23 a 27 de outubro de 2023.pdf**



23 A 27 DE OUTUBRO DE 2023

O MAIOR EVENTO DE CAPACITAÇÃO EM PREGÃO DO BRASIL

No formato **PRESENCIAL**, **Garantir Minha Vaga**. Será
extraordinário!

INSCREVA-SE

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

CONFIRA

O MAIOR EVENTO DE CAPACITAÇÃO EM PREGÃO DO
BRASIL



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MINHA
VAGA



PALESTRANTES CONFIRMADOS PARA O MAIOR EVENTO DO ANO
OS MELHORES ESPECIALISTAS DO BRASIL



			
Viviane Mafissoni Especialista em Direito Público	Michelle marry Advogada da União desde 2007	Antonio Anastasia Ministro do TCU	Ronny Charles Advogado da União

[VER TODOS](#)

SOBRE O EVENTO

O MELHOR EVENTO DE PREGÃO DO BRASIL!



Com o advento da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a primeira impressão é que não fica "pedra sobre pedra". Mas, não é bem assim... A modalidade pregão assume um considerável protagonismo no novo marco regulatório das contratações públicas, porquanto a estrutura procedimental básica das modalidades licitatórias é, essencialmente, baseada na experiência exitosa da Lei nº 10.520/2002.

Ainda que mantida a estrutura básica do pregão – agregando novas possibilidades ao desenho da disputa, como a inversão de fases e a adoção da pré-qualificação – diversos "detalhes" da Nova Lei de Licitações demandam regulamentação infralegal para conferir operacionalidade, em especial, para as licitações eletrônicas.

Assim, com o objetivo de analisar o regime jurídico e econômico da modalidade pregão em uma perspectiva sistêmica na Nova Lei de Licitações, o evento foi estruturado em cinco pilares básicos: normatização, responsabilidade, estrutura procedimental, assessoramento e controle. Trata-se, pois, de uma visão multifatorial tendente a compreender, em suas complexidades, a intensidade de influência de

GARANTIR MINHA VAGA



o agir administrativo dos compradores para a análise dos órgãos de controle dados no pregão.



Inscrição 17ª Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

5

DIAS
DE IMERSÃO

+25MIL

AGENTES
CAPACITADOS

16

ANOS DE
CREDIBILIDADE

30H

DE CAPACITAÇÃO

PROGRAMAÇÃO

PALESTRAS E OFICINAS INÉDITAS COM O MELHOR CONTEÚDO PARA VOCÊ!



23/10/2023

TERÇA
24/10/2023

QUARTA
25/10/2023

QUINTA
26/10/2023

SEXTA
27/10/2023

TARDE - Segunda

<p>23/10 16:00 - 19:30</p> <p>Credenciamento</p> <p> Presencial</p>	<p>23/10 19:30 - 20:00</p> <p>Abertura do salão</p> <p> Presencial</p>	<p>23/10 20:00 - 20:15</p> <p>Abertura do Evento</p> <p> Presencial</p>	<p></p> <p>ABERTURA I acordo com a mudou?</p> <p>Antonio Anastas Ministro do TCU</p> <p> Pre</p>
--	---	--	--

VER TODA PROGRAMAÇÃO



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MIN
VAGA



forma
de
palestrante poderá ocorrer em face da indisponibilidade do
palestrante/instrutor após a confirmação do convite ou mesmo em
razão de caso fortuito ou força maior.



**CONFIRA
COMO FOI A
16ª EDIÇÃO DO
PREGÃO
WEEK**

Confira como foi a 16ª Edição
do Pregão Week Híbrido -
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR e Online 100% Ao



é o que
próxima
lugar!

RESERVE AGORA MESMO SUA VAGA NO **17º PREGÃO**
WEEK

23 A 27 DE OUTUBRO DE 2023

 **FOZ DO IGUAÇU**

QUERO ME INSCREVER!



CONFIRA OS MOTIVOS PARA VOCÊ PARTICIPAR

FACA PARTE DESSE MOMENTO HISTÓRICO E RESERVE



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

GARANTIR MINHA
VAGA

3 ANO!

Por **R\$ 5.399,00**



Credibilidade

Mais de 21 anos de
atuação no Mercado
de pregão



**Nossa
Paixão**

temos
orgulho
de realizar
os
maiores
eventos
do Brasil



Imersão

5 Dias
intensos de
aprendizado
sobre
Pregão



Autoridades

Os melhores
douttrinadores e
palestrantes



Transformação



Certificação



LOCAL DO EVENTO PRESENCIAL MABU THERMAS GRAND RESORT

Foz do Iguaçu - PR

A Rede Mabu oferece há mais de 45 anos, serviços hoteleiros com alto padrão de excelência para garantir as melhores experiências aos seus hóspedes, a lazer ou a negócios. Constrói sua história mantendo arraigados valores, como respeito, honestidade, empreendedorismo e sustentabilidade. Investe constantemente para aprimorar os serviços prestados e a experiência dos seus clientes, assim como em medidas socioambientais para garantir um contato harmônico entre o homem e a natureza.

☎ 4002-6040

🌐 hoteismabu.com.br



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MIN
VAGA



O evento é destinado aos agentes públicos da administração direta e indireta, federais, estaduais e municipais, dos Três Poderes e dos Tribunais de Contas, Entidades Paraestatais, Conselhos Profissionais, entre outros.

Em suma, órgãos e agentes que atuem nas camadas diretivas e nas diferentes linhas de defesa das organizações, no controle interno e



SÃO MAIS DE **30 HORAS** DE CAPACITAÇÃO EM CINCO DIAS DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE PREGÃO!

PRESENCIAL

GARANTIR MINHA VAGA



SOBRE O EVENTO

Sobre o evento
Palestrantes
Programação
Oficinas
Hospedagem
Inscreva-se

INSTITUTO NP

Quem somos
Agenda de Eventos
Cursos
Fale conosco

CONTATO

(41) 3778-1887
(41) 98877-0234
falecom@institutonp.com.br



Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MINHA VAGA



©2023. Todos os direitos reservados.
Desenvolvido por Agência NONA.

AGÊNCIA **NONA**

Anexo II - AUDITORIA AMAZONAS.pdf

Data e hora da consulta: 20/09/2023 16:11

Usuário: ***.867.422-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emissor

Código	Nome	Moeda
60021	AUDITORIA DA 12A. CJM	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
00.497.552/0024-43	AVENIDA SAO JORGE NR 2835 SAO JORGE	69030-680
Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	(92) 2127-5500

Ano	Tipo	Número
2023	NE	39

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167545	1000000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
14/09/2023	Ordinário	000170/23-12.125	-	5.399,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
10.498.974/0002-81	INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUD	85864-320
Endereço	UF	Telefone
AV. JOSE MARIA DE BRITO, 1707 JARDIM DAS NAÇÕES	PR	41-3778-1719, 41-98877-0234 (WHATSHAP)
Município	UF	Telefone
FOZ DO IGUAÇU	PR	41-3778-1719, 41-98877-0234 (WHATSHAP)

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
94	INEXIGIBILIDADE	25	-	II	-
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 8.666 / 1993	25	-	II	-	

Descrição

AUD12CJM: 2352/2023 - Despesa referente à inscrição do servidor RAFAEL AUGUSTO DE CARVALHO no 17º Pregão Week, a ser realizado no período de 23 a 27 de outubro de 2023, na modalidade presencial, em Foz do Iguaçu / PR, conforme Processo SEI JMU 000170/23-12.125.

Local da Entrega

Não se Aplica

Informação Complementar

Auditoria da 12ª CJM - Av. São Jorge, 2835 - bairro São Jorge

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	20/09/2023 13:03:20	Alteração

Data e hora da consulta: 20/09/2023 16:11
Usuário: ***.867.422-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	5.399,00

Subelemento 22 - EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Inscrição inscrição do servidor RAFAEL AUGUSTO DE CARVALHO no 17º Pregão Week, promovido pelo INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CNPJ Nº 10.498.974/0002-81, conforme Art. 25, inciso II, § 1º, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93. - Número da Inscrição: R4I0B; - CPF da Participante: 858.867.422-04.	5.399,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
14/09/2023	Inclusão	1,00000	5.399,0000	5.399,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
ATALIBA DIAS RAMOS
***.930.147-**
20/09/2023 13:03:20

Gestor Financeiro
RAFAEL AUGUSTO DE CARVALHO
***.867.422-**
14/09/2023 17:21:53

Versão	Data/Hora	Operação
002	20/09/2023 13:03:20	Alteração

**Anexo III - BANCO CENTRAL DO BRASIL AEC 50671
2023 - assinada.pdf**



Autorização para Execução de Capacitação (AEC)

Turma Aberta

CNPJ: 00.038.166/0008-73

Local	Data	Número AEC	Página
SALVADOR	10/08/2023	AEC Bacen/ADSAL-50671/2023	1 de 2

Identificador do Prestador de Serviço

CNPJ			Razão social		
10.498.974/0002-81			INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA		
Endereço				Cidade	
AVENIDA JOSE MARIA DE BRITO, 1707, JARDIM DAS NACOES				FOZ DO IGUAÇU	
UF	CEP	Telefone	E-mail		Código do Titular
PR	85864-320				30623.0001-3
Conta Bancária		Banco nº	Nome		Agência nº
CC 20504-4		001	BCO DO BRASIL S.A.		1622-5

Informações gerais sobre a contratação

Processo nº		Regime de Execução	
PE 000000247116		Empreitada por preço global	
Inexigibilidade (Lei 8.666/93, Art. 25, Inciso II)			
Forma de execução		Vigência	
De uma só vez		Data de início da ação educacional	Data fim da ação educacional
		23/10/2023	27/10/2023

Autorização

De conformidade de sua proposta constante do processo em Referência, autorizamos a participação do(s) servidor(es) a seguir identificado(s) no(s) evento(s) caracterizado(s) abaixo e solicitamos que o Recibo ou Fatura seja emitido em nome do Banco Central do Brasil – CNPJ 00.038.166/0001-05.

Especificação da Ação Educacional

Descrição: Nome
Inscrição de servidor do DEINF na 17ª Pregão Week
Local de realização
Presencial no país em Foz do Iguaçu/PR.

Quantidade de Participantes	Preço Total
1	R\$ 5.399,00
Valor total desta AEC	
R\$ 5.399,00	(cinco mil trezentos e noventa e nove reais)

Classificação da despesa

Cód. Orçam.	Classif. Contábil	Nota(s) / Empenho nº	Valor
40.10.2.001-2	4030.28.02-9	4208/2023	5.399,00

Identificação da Solicitação

Nº PART	Componente Solicitante	Telefone/Fax
2023/0087	DEINF/GEDEV/DICOL	

Assinatura Eletrônica ou Carimbo, Data e Assinatura do Banco

Anexo(s):
I - Participantes .

ANEXO I - PARTICIPANTES

1	GUSTAVO DA SILVA VIEIRA
---	-------------------------

Anexo IV - PORTOS RS.pdf



23930100027100



PORTOS RS - Autoridade Portuária dos Por
Diretoria Administrativa e Financeira
Gerência Financeira e Contábil

AUTORIZO

Em 05 de Setembro de 2023

ORDEN DE PAGAMENTO
FORNECEDOR

Nº 001449

EXERCÍCIO de 2023

Diretor Superintendente

ROL: **BANRISUL**

PAGUE-SE em favor de COORDENADORIA DE COMPRAS E CONTRATOS
Cód:45715 a IMPORTÂNCIA de 5.399,00(Cinco Mil e Trezentos e
Noventa e Nove Reais)

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL DA DESPESA:

Nro Docto.Caixa:

Processo OP:23/9301-0002710-0

Conta Débito: 1.02.02.0005.00 -DESPESA AUTORIZADA

Conta Crédito: 2.03.03.0011.00 -Bancos Conta Movimento

Referente a:

Reserva de recurso para a Participação da Pregoeira ERICA MILENA POKORSKI DE ANDRADE, no Evento 17º Pregão Week (Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão), que ocorrerá de forma presencial em Foz do Iguaçu/PR, de 23 a 27 de outubro de 2023

Valor Bruto:	5.399,00
Descontos:	0,00
Valor Líquido:	5.399,00

PAGAMENTO:

Forma:DEPÓSITO EM C.CORRENTE

Banco: Ag: Conta:

Nr. ROL: / Enviado em: / /

Carimbo e/ou autentificação mecânica do caixa:

Encarregado

Rua Honorio Bicalho s/n- Rio Grande - RS - BRASIL
CEP 96 201-020- Cx.Postal 198 - Fone:(53) 3231-1366 - Fax:(53) 3231-1
CGC 01 039 203/0001-54



**Anexo V - Sobre - Grupo Negócios Públicos - Capacitação e
Soluções para Agentes Públicos.pdf**



QUEM SOMOS

O Grupo Negócios Públicos está há mais de 20 anos atuando na realização de eventos, treinamentos e soluções na área de Licitações e Contratos. É reconhecido no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes.

Realiza há 17 anos o maior encontro nacional de compras públicas, o Congresso Brasileiro de Pregoeiros, que já capacitou mais de 25 mil servidores públicos. Todos os eventos prezam pela inovação e proporcionam um ciclo de capacitação contínua aos agentes públicos, com uma metodologia própria que possibilita um maior aproveitamento.

O Grupo Negócios Públicos oferece, ainda, suporte para todas as fases relacionadas à contratação pública, incluindo soluções em tecnologia que facilitam a atuação diária dos profissionais envolvidos.

NEGÓCIOS PÚBLICOS

**UM NOVO MARCO. UMA
NOVA HISTÓRIA EM SUA
JORNADA DE SUCESSO.**

SAIBA MAIS



VISÃO

Este site armazena cookies em seu dispositivo. Usamos estas informações para melhorar a sua experiência. Para mais informações, leia na [Política de Privacidade](#).

Ok, ENTENDI!

meio de soluções tecnológicas, orientação e capacitação,
tornando-se referência na transformação das Instituições

Orientação.

Visão Abrangente

NOSSOS VALORES

EFICIÊNCIA

Nossa eficiência é fundamentada na vontade de tornar a administração mais enxuta, eficiente e levar soluções de maneira rápida ante as necessidades do segmento.

EMPRESAS DO GRUPO



Negócios Públicos Instituto

Responsável pela organização dos maiores e melhores Congressos e Seminários Brasil, com foco na capacitação continuada e na orientação dos agentes públicos em matéria de Licitações e Contratos Administrativos.

“O Grupo Negócios Públicos sempre esteve à frente, inovando e transformando as aquisições públicas. Com mais de vinte anos de história, a organização possui notoriedade e credibilidade, crescendo junto com a Administração Pública e seus servidores, que buscam sempre fazer o certo e melhor na área das compras, dos contratos e da governança.”



R. Dr. Brasília Vicente de
Castro, 111 Campo
Comprido, Curitiba - PR
CEP 81200-526

Conheça o Grupo

[Quem Somos](#)
[Certidões](#)
[Trabalhe Conosco](#)
[Nossos Valores](#)
[Política de Privacidade](#)
[Contato](#)

Capacitação

[Congressos](#)
[Seminários](#)
[Masterclasses](#)
[Cursos](#)
[Pós-Graduação](#)

Treinamentos

[Maestria](#)
[In Company](#)

Soluções Tecnológicas

[Banco de Preços](#)
[ContratosGov](#)
[Sollicita Pro](#)
[Sollicita](#)
[GovPlan](#)
[Rean](#)

Contato

41 3778-1700

Siga nossas redes sociais!

falecom@negociospublicos.com.br



Baixe nosso aplicativo NP Events!



©2023. Todos os direitos reservados. Desenvolvido por Agência NONA.

AGÊNCIA **NONA**

Este site armazena cookies em seu dispositivo. Usamos estas informações para melhorar a sua experiência. Para mais informações, leia na [Política de Privacidade](#).

Anexo VI - Proposta_DUAS_INSCRICOES.pdf

Curitiba, 18 de Setembro de 2023

Proposta nº 994/2023

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - SUBSECRETARIA DE PLANEJ., ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

A/C: VINICIUS MENDES MACHADO

Encaminho a proposta acerca do **17º Pregão Week**, que será realizado nos dias **23 a 27 de Outubro de 2023**, em Foz do Iguaçu/PR.

1 INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO:

Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
2	5.399,00	828,00	9.970,00

O INVESTIMENTO PARA CONTRATAÇÃO CONTEMPLA:

- a) Inscrição e Acesso às Palestras Presenciais em Plenária e Oficinas ;
- b) Certificado Digital de Conclusão do Treinamento;
- c) Material Didático Exclusivo Impresso;
- d) 01 jantar (abertura) 04 almoços e 07 Coffee Breaks;
- e) Gravações do evento (após a edição 60 dias) para ser revisto novamente por 1 (um) ano.

2 CARGA HORÁRIA:

30 Horas de Capacitação.

3 INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:

Emitir ao Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda . CNPJ: 10.498.974/0002-81 . Devendo o respectivo pagamento ser efetuado através da conta:



Banco do Brasil AG.1622-5 Conta: 20504-4

VALIDADE DA PROPOSTA: 23/10/2023

Atenciosamente,
JESSICA FABRI
Consultor Comercial

Anexo II - TR49_2023.pdf

Termo de Referência 49/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
49/2023	440001-SUBSECRET. DE PLANEJ. E ADMINISTRAÇÃO	RUTH ESTER CAVALCANTE DE SANTANA	06/10/2023 09:14 (v 1.0)
Status ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;		02000.013954/2023-11

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação da empresa o Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública, CNPJ nº 10.498974/0002-81, visando a participação de 02 (dois) servidores na Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 17º Pregão Week, previsto para ser realizado no período de 23 a 27/10/2023, no formato presencial, na cidade de Foz do Iguaçu /PR, com carga horária de 30 (trinta) horas-aula, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 17º Pregão Week	14729 - Treinamento na área da Administração Pública	número de inscrições	02 (duas)	R\$ 4.985,00	R\$ 9.970,00

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **60** (sessenta) dias, contados a partir do início do curso, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 9.970,00 (nove mil novecentos e setenta reais) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115375000107-0-000001/2023

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 85

IV) Classe/Grupo: 929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

V) Identificador da Futura Contratação: 440001-125/2022

VI) DFD 396/2022

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Contratação da empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública, CNPJ nº 10.498974/0002-81, visando a participação de 02 (dois) servidores (Vinícius Mendes Machado e Marcos Antonio da Silva) na **Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 17º Pregão Week**, previsto para ser realizado no período de 23 a 27 /10/2023, no formato presencial, na cidade de Foz do Iguaçu /PR, com carga horária de 30 (trinta) horas-aula.

3.2. Pretende-se com esse projeto, qualificar os servidores para agregar conhecimentos acerca da legalidade de processos de compras públicas, com o objetivo de analisar o regime jurídico e econômico da modalidade pregão em uma perspectiva de análise dos órgãos de controle acerca dos atos praticados no pregão, uma das atividades do setor de atuação dos servidores.

3.3. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista o critério de notória especialização da empresa e dos palestrantes, que justificam a contratação direta por inexigibilidade de licitação, art 74 da Lei 14.333/21.

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, já que não há riscos potenciais que exijam tal proteção.

4.3 A empresa contratada deverá estar devidamente cadastrada junto ao sistema SICAF ou possuir a documentação obrigatória atualizada (INSS, Receita Federal, FGTS Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) emitida pelo TST, e estar quite em todas as certidões emitidas com base na Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, emitida pelo TCU (Certidões Administração Pública Federal, disponível em: <https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

4.4 A contratada deverá disponibilizar pessoal técnico qualificado ao atendimento dos serviços contratados e emitir aos servidores participantes, no final do evento, o certificado de realização da atividade, com carga horária, período de realização e conteúdo programático, além disso, deverá atender aos demais requisitos elencados no Estudo Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 5 dias, com data prevista para 23 a 27/10/2023, na forma que se segue:

5.1.1 Treinamento no formato presencial. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Mabu Thermas Grand Resort, Foz do Iguaçu/PR

5.1.2. Carga horária de 30 horas/aula

5.1.3. O curso será realizado de forma presencial e cada participante receberá apostilas e demais materiais necessários ao desempenho do evento.

5.1.4. Demais especificações e metodologias adotada pelo Instituto estão contidas na proposta da entidade, vinculando-se na prestação dos serviços.

5.1.5. O material didático em língua portuguesa é de responsabilidade da empresa especializada que se pretende contratar.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Conforme o item 16 do **PARECER n. 00003/2023/COORD/E-CJU/SSEM/CGU/AGU**, abaixo transcrito, entende-se pela viabilidade de substituição do termo de contrato por outro instrumento hábil na presente contratação.

16. Assim, por todo o exposto, em resposta a consulta do GAP-GALEÃO, com fulcro no art.10, inciso III, da Portaria Normativa nº72, de 07 de dezembro de 2022, uniformiza-se o entendimento de que é possível, por interpretação sistemática do art.95, inciso I, da Lei 14.133/2021, **substituir** o termo de contrato por **outro instrumento hábil**, nos casos de inexigibilidade de licitação, dispensa por outras hipóteses (incisos III a XVII do art.75 da Lei 14.133) e licitação, desde que o valor seja inferior ao limite do inciso I e II do art. 75 da NLLC.

6.2. Será enviado o presente Termo de Referência e a Nota de Empenho ao Instituto contratado, em substituição ao Termo de Contrato, visando dar ciência e firmar acordo entre as partes.

6.3. Caso a realização do curso não ocorra na data prevista (23/10/2023 a 27/10/2023) e houver prorrogação do cronograma, a Nota de Empenho continuará vigente e poderá ser utilizada para pagamento do mesmo curso na data.

6.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art 115, caput)

6.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. (Lei nº 14.133/2021, art 115, §5º)

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*)

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.7. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

6.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º)

6.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.12. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.13. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.14. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o recebimento dos certificados de conclusão do curso pelos servidores participantes, bem como o preenchimento por eles do Relatório de Atividades Desenvolvidas a fim de verificar o pleno atendimento da demanda de capacitação.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de início da capacitação, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários

7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. Após o levantamento de mercado, especificado no ETP em anexo, concluiu-se pela escolha de contratação de inscrição em curso aberto "Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 17º Pregão Week" oferecido pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública, CNPJ nº 10.498974/0002-81, por inexigibilidade de licitação

fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea f da Lei 14.333/21. A instituição responsável pela ministração do treinamento possui notória especialização no assunto, conforme especificado no folder disponível no site da referida empresa

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.8. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.9. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.11. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.14. Considerando a contratação de baixo valor e o curto prazo de execução do objeto que a realização de curso de capacitação de **30 (trinta)** horas representa, não será solicitada qualificação econômico- financeira da instituição a ser contratada.

Qualificação Técnica

8.12.4.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica e notória especialização da instituição a ser contratada, inerentes à contratação por inexigibilidade de licitação, foi anexado a este Termo de Referência o documento "Sobre - Grupo Negócios Públicos - Capacitação e Soluções para Agentes Públicos", não sendo necessário a apresentação de documentação exigida no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.970,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 9.970,00 (nove mil novecentos e setenta reais), conforme detalhado no ETP anexo.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 440001 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Adm;

II) Fonte de Recursos: 1000;

III) Programa de Trabalho: 18.122.0032.2000.0001;

IV) Elemento de Despesa: 33.90.39;

V) Plano Interno: 12000-0B;

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATO CAMPELO DOS SANTOS

Equipe de apoio

RUTH ESTER CAVALCANTE DE SANTANA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/10/2023 às 09:12:26.

CARLA FELICIANO DA SILVA

Equipe de apoio

UASG 440001

Termo de Referência 49/2023



Assinou eletronicamente em 06/10/2023 às 09:14:29.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP38_2023.pdf (6.87 MB)
- Anexo II - 17_ Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - de 23 a 27 de outubro de 2023.pdf (5.5 MB)
- Anexo III - Proposta_DUAS_INSCRICOES.pdf (69.66 KB)
- Anexo IV - Sobre - Grupo Negócios Públicos - Capacitação e Soluções para Agentes Públicos.pdf (996.6 KB)

Anexo I - ETP38_2023.pdf

Estudo Técnico Preliminar 38/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 02000.013954/2023-11

2. Descrição da necessidade

CONTRATAÇÃO A TÍTULO DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM AÇÃO DE CAPACITAÇÃO (CURSO DE TURMA ABERTA)

2.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo subsidiar a contratação, a título de inscrição, para participação de 02 (dois) servidores na **Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - 17º Pregão Week** previsto para ser realizado no período de **23 a 27/10/2023**, no formato **presencial**, na cidade de Foz do Iguaçu /PR, promovido pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública.

2.2 A capacitação em tela está prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP/MMA conforme linhas nº 325 e 326 - Necessário aprofundamento nos conhecimentos a respeito da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e decorre da necessidade permanente de aprimorar os conhecimentos e ampliar o conteúdo técnico para a área de licitações e contratos dos servidores que atuam na Coordenação de Licitações - COLIC/CGCC do MMA, bem como no Documento de Formalização da Demanda nº 396/2022.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Compras e Contratos	ZAILTON HOLANDA BATALHA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação do objeto em tela dar-se-á por Inexigibilidade, fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea f da Lei 14.333/21.

Nesse sentido, vale atentar que a inexigibilidade de licitação configura medida de exceção no ordenamento jurídico brasileiro, cuja regra é a da exigência de prévio procedimento para aferição da proposta mais vantajosa (art. 37, XXI, CF).

As hipóteses de inexigibilidade previstas na Lei nº 14.333/21 meramente exemplificativas, cabe reproduzir o dispositivo legal aplicável à contratação direta ora em apreço:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

§ 5º (...)

Nesse condão, observa-se que a inviabilidade de competição para a contratação de serviços, a que alude o inciso III do art. 74 da Lei nº 14.333/21, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, natureza intelectual do serviço e notória especialização do contratado.

A própria Lei nº 14.133/21 assim define:

a) *serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos serviços de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. (art. 6º, XVIII, f);*

b) *Notória especialização: qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato (art. 6º, XIX).*

5. DA ENTREGA

Por se tratar de curso/ação de capacitação em turma aberta, os serviços serão prestados no local indicado pela contratada, conforme indicado no Folder anexo deste ETP, a saber, em Foz do Iguaçu/PR.

6. DA NATUREZA DA ATIVIDADE

Conforme DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE o objeto em estudo se enquadra como atividades instrumentais e acessórias, sendo possível ser contratada.

Portanto trata-se de serviço comum de caráter não continuado, sem fornecimento de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva.

7. Levantamento de Mercado

Foi efetuada pesquisa mercadológica pela COLIC, em atendimento ao disposto no Art. 24, parágrafo primeiro, inciso V, da IN SLTI 05/2017 que estabelece:

Art. 24. Com base no documento que formaliza a demanda, a equipe de Planejamento da Contratação deve realizar os Estudos Preliminares, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 49, de 2020).

Tal orientação coaduna com o disposto no inciso V do parágrafo único do art. 18 da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*

...

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

...

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

E, ainda, com o disposto no inciso III do art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022:

Art. 9º Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no Sistema ETP Digital os seguintes elementos:

...

III - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

Nesse condão, insta esclarecer, que no âmbito da administração pública federal, as necessidades de capacitação podem ser atendidas das seguintes formas:

1) Realização de curso/ação de capacitação utilizando-se das escolas de governo:

Após consulta ao sítio eletrônico da Escola Nacional da Administração Pública - ENAP, verificou-se que não consta na programação de cursos para o exercício de 2023 curso na temática apontada para a presente necessidade de contratação.

2) Realização de curso/ação de capacitação utilizando-se da Gratificação de Encargos de Cursos e Concursos - GECC, regulamentada em âmbito federal pelo Decreto nº 11.069/2022 e no âmbito do MMA pela Portaria MMA nº 300/2016.

Por se tratar da necessidade de capacitação de apenas 02 (dois) servidores, torna-se mais oneroso ao Erário Público a realização de curso, por meio de instrutoria, utilizando-se GECC, uma vez que pela Gratificação contrata-

se apenas um instrutor, considerando os custos com a elaboração de material didático e a ministração das aulas, e no Seminário os servidores têm a oportunidade de obter conhecimentos de vários palestrantes, o que favorece assim a capacitação dos servidores.

Tabela dos custos da contratação por GECC:

Valor de Referência publicado na PORTARIA SGPRT/MGI Nº 2.163, DE 12 DE MAIO DE 2023		Enquadramento do Curso		
R\$ 29.760,95		Treinamento		
Enquadramento do Instrutor	Percentual por hora conforme anexos I e II da Portaria 300/2016	Valor da hora/aula ministrada	Total de horas de instrutoria	Valor a ser pago pelas horas de aulas ministrada
A	0,75	R\$ 223,21	30	R\$ 6.696,14
Enquadramento do Elaborador de Material Didático	Percentual por hora conforme anexos I e II da Portaria 300/2016	Valor da hora da atividade de elaboração de material didático	Total de horas de elaboração de material didático	Valor a ser pago pelas horas de aulas ministrada
A	0,75	R\$ 223,21	15	R\$ 3.348,11
TOTAL				R\$ 10.044,32

3) Realização de curso de turma fechada (*in company*)

Por se tratar de necessidade de capacitação de apenas 02 (dois) servidores torna-se mais oneroso ao Erário Público, visto que a contratação de curso de turma fechada pressupõe a capacitação de vários servidores, o que não é o caso em tela, assim, a realização de curso de turma fechada (*in company*) não é razoável.

4) Realização de curso de turma aberta:

Os cursos de turma aberta se mostram a alternativa mais viável para curso/ação de capacitação quando se trata de necessidade de capacitar apenas 02 (dois) servidores permitindo o melhor uso do recurso público.

8. Descrição da solução como um todo

O presente estudo, como já informado, refere-se a contratação, a título de inscrição, de empresa com mais de 21 (vinte e um) anos de atuação no Mercado do Pregão, com mais de 25.000 (vinte e cinco mil) agentes públicos capacitados e o maior encontro da área de Pregão.

Os conteúdos do curso/ação de capacitação que se pretende contratar está discriminado no Folder do Curso 17º Pregão Week, constante no anexo deste ETP, fornecido pelo Instituto Negócios Públicos.

O curso será realizado de forma presencial e cada participante receberá apostilas e demais materiais necessários ao desempenho do evento.

O material didático em língua portuguesa é de responsabilidade da empresa especializada que se pretende contratar.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE o presente ETP visa subsidiar a contratação, a título de inscrição, para participação em ação de capacitação (turma aberta) quantificado da seguinte forma:

Capacitação	Quantidade	Carga Horária	Valor Unitário (R\$)	CATSER
17º Pregão Week (Presencial)	2	30 (vinte) h/a	R\$ 4.985,00 (quatro mil, novecentos e oitenta e cinco reais)	14729 - Treinamento na área de administração pública

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.970,00

A despesa total estimada da contratação é de **R\$ 9.970,00** (nove mil novecentos e setenta reais), conforme ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS e Proposta NP Eventos para Participação de 02 (duas) inscrições, constante no Anexo deste ETP.

Cumprе salientar que o curso/ação de capacitação será realizado de forma presencial e ocorrerá em cidade distinta da cidade de lotação dos servidores, o que ACARRETERÁ em despesas com diárias e passagens.

O parágrafo 1º do art. 7º da Instrução Normativa nº 65/2021 estabelece que (grifos acrescidos):

Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.

§ 1º Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

§ 2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

Assim, a fim de justificar o valor estimado da contratação, em atendimento ao disposto no art. 23, § 1º e 4º da Lei 14.333/21 combinado com a IN 65/2021- capítulo III foram anexadas a este ETP 03 (três) formas de pagamento, enviadas pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil, referentes a inscrições de outros servidores que também irão participar do 17º Pregão Week, conforme demonstrado abaixo:

Comprovantes de Pagamento	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
Nota de Empenho nº 39/2023 - AUDITORIA DA 12A. CJM	1	R\$ 5.399,00	R\$ 5.399,00
Autorização para Execução de Capacitação nº 50671/2023 - BANCO CENTRAL DO BRASIL	1	R\$ 5.399,00	R\$ 5.399,00
Ordem de Pagamento nº 1449/2023 - PORTOS RS	1	R\$ 5.399,00	R\$ 5.399,00

Verifica-se que o valor estimado para a uma contratação, a saber R\$ 5.399,00 (cinco mil trezentos e noventa e nove reais) foi o mesmo praticado para todas as formas de pagamento.

Como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima demonstrou interesse em capacitar 02 (dois) servidores, o Instituto Negócios Públicos ofereceu um desconto de R\$ 828,00 (oitocentos e vinte e oito reais), ficando o valor unitário em R\$ **4.985,00** (quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais), totalizando R\$ 9.970,00 (nove mil novecentos e setenta reais), conforme Proposta NP Eventos para Participação de 02 inscrições, anexada a este ETP.

Assim, a metodologia utilizada para justificar o preço foi a MEDIANA, visto que o valor da presente contratação está alinhado ao valor das 03 (três) formas de pagamento, enviadas pelo Instituto Negócios Públicos, que comprovam que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala.

Ademais, o parcelamento, usualmente, não é ponto verificado em contratações diretas, já que estas não são feitas em regime competitivo.

Por se tratar de curso/ação de capacitação, o objeto em questão é composto por apenas 1 item, com preço unitário estimado em R\$ 4.985,00. Partindo da premissa que a contratação do serviço será feita sob égide do art. 74 da Lei 14333/21, os cursos de turma aberta, *in casu*, se mostram a alternativa mais viável para curso/ação de capacitação, quando se trata de necessidade de capacitar apenas 02 (dois) servidores permitindo o melhor uso do recurso público, bem como caracteriza assim, a natureza indivisível do objeto justificando o não parcelamento da solução.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Esta contratação é realizada de modo autônomo, independentemente de qualquer outro processo licitatório a fim de surtir todos os efeitos previstos.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, visa capacitar os servidores da COLIC para competência da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, conforme previsto no inciso V do art. 13 do Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e remaneja cargos em comissão e funções de confiança:

Art. 13. À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - planejar, coordenar e orientar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas aos Sistemas previstos nos incisos I a VIII do parágrafo único do art. 12;

II - realizar articulação com o órgão central dos sistemas federais de que tratam os incisos I a VIII do parágrafo único do art. 12;

III - planejar, coordenar, orientar e monitorar atividades de gestão de informação e conhecimento, de documentação, de planejamento estratégico e setorial, de organização e de inovação institucional, e de gestão de pessoas, no âmbito do Ministério, observadas as normas editadas pelos órgãos centrais dos sistemas federais de que tratam os incisos I a VIII do parágrafo único do art. 12;

IV - coordenar e acompanhar a elaboração e a consolidação dos planos e dos programas das atividades de sua área de competência, seus orçamentos e suas alterações, e submetê-los à decisão superior;

V - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério;

Salienta-se que a possibilidade de contratação de curso/ação de capacitação está prevista no parágrafo único do art. 14 do Decreto nº 9.991/2019:

Art. 14. Caberá às escolas de governo do Poder Executivo federal, em articulação com a Enap: (Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2020)

I - apoiar o órgão Central do SIPEC na consolidação e na priorização das necessidades de desenvolvimento de competências transversais contidas no Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento;

II - planejar a elaboração e a oferta de ações, a fim de atender, de forma prioritária, às necessidades mais relevantes de desenvolvimento de competências transversais contidas no Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento; e

III - ofertar, em caráter complementar à Enap, as ações de desenvolvimento de âmbito nacional priorizadas no planejamento, de forma direta ou por meio de parcerias ou contratações.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a possibilidade de contratação direta pelos órgãos ou pelas entidades de ações de desenvolvimento junto a terceiros, desde que em consonância com o disposto no PNDP. (Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2020).

Cumprе ressaltar que o último Mapa Estratégico do MMA com vigência de 2014 a 2022, previa como processo estruturante:

1) Eficiência Operacional

a) Estrutura e otimizar processos licitatórios e de contratação;

b) Otimizar a gestão dos recursos orçamentários; e

c) Sistematizar a captação e a execução de recursos externos ao orçamento

Ainda, conforme a DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE, a contratação de curso/ação de capacitação em tela está prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas do MMA (PDP MMA/2023) linhas nº 325 e 326 (Necessário aprofundamento nos conhecimentos a respeito da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115375000107-0-000001/2023

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 85

IV) Classe/Grupo: 929 - OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

V) Identificador da Futura Contratação: 440001-125/2022

VI) DFD 396/2022

Assim, entende-se que a contratação está alinhada a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal, com as competências do órgão e com o PDP MMA/2023.

14. DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 é inexigível a licitação quando restar comprovada a inviabilidade de competição.

Nos casos de cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, por ser tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme estabelece o inciso III do art. 74 da supracitada Lei, é inviável a competição visto que cada ação de desenvolvimento é única pois depende da capacidade didática de cada instrutor/professor, do cronograma de cada curso, da carga horária e até mesmo do tamanho da turma.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, uma vez que a contratação da empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública, por inexigibilidade de licitação, não se justifica a subcontratação do objeto.

16. DA PADRONIZAÇÃO

A contratação não se enquadra como um produto padrão, uma vez que a contratação se trata de uma inexigibilidade de licitação, com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei 14.133/2021, a qual foram observadas que a contratada possui notória especialização nos temas pretendidos; experiência comprovada na temática envolvida; possui profissionais devidamente capacitados para atender à demanda da contratante; e possui condições de cumprir fielmente o objeto contratado.

17. DA ESCOLHA DA CONTRATADA

Face aos argumentos apresentados no presente ETP a escolha do Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública se justifica em razão de sua notória especialização conforme descreve o inciso XIX do art. 6º, combinado com o inciso III do art. 74, ambos da Lei nº 14.133/2021.

Fica evidenciada a notória especialização do Instituto na prestação de serviços de capacitação pelo fato de:

- a) O Grupo Negócios Públicos está há mais de 20 anos atuando na realização de eventos, treinamentos e soluções na área de Licitações e Contratos. É reconhecido no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes;
- b) Realiza há 17 anos o maior encontro nacional de compras públicas, o Congresso Brasileiro de Pregoeiros, que já capacitou mais de 25 mil servidores públicos. Todos os eventos prezam pela inovação e proporcionam um ciclo de capacitação contínua aos agentes públicos, com uma metodologia própria que possibilita um maior aproveitamento; e
- c) O Grupo Negócios Públicos oferece, ainda, suporte para todas as fases relacionadas à contratação pública, incluindo soluções em tecnologia que facilitam a atuação diária dos profissionais envolvidos.

As informações supracitadas sobre o Instituto foram extraídas do sítio eletrônico e estão anexadas ao presente ETP.

18. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Conforme Folder do curso 17º Week, constante no anexo deste ETP, o curso/ação de capacitação em estudo tem por objetivo:

"(...) analisar o regime jurídico e econômico da modalidade pregão em uma perspectiva sistêmica na Nova Lei de Licitações, com o evento estruturado em cinco pilares básicos: normatização, responsabilidade, estrutura procedimental, assessoramento e controle. Trata-se, pois, de uma visão multifatorial tendente a compreender, dentro de suas especificidades, a intensidade de influência de cada um dos pilares no agir administrativo dos compradores públicos e a perspectiva de análise dos órgãos de controle acerca dos atos praticados no pregão."

Assim, espera-se que ao final do curso/ação de capacitação os servidores sejam capazes de desenvolver as atividades que atendam a demanda institucional, alinhado aos objetivos estratégicos, considerando os princípios da economicidade, eficiência, eficácia, para melhor aproveitamento dos recursos humanos materiais e financeiros, bem como os princípios de desenvolvimento nacional sustentável.

19. Providências a serem Adotadas

Elaboração de documentos aplicados à contratação de cursos/ações de capacitação, previstos na Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa nº 58/2022 e Instrução Normativa Nº 5/2017, pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) designada pela PORTARIA MMA Nº 548, DE 15 DE JUNHO DE 2023.

20. Possíveis Impactos Ambientais

Entende-se que as atividades previstas não motivarão impactos ambientais significativos.

21. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

21.1. Justificativa da Viabilidade

A capacitação em tela está prevista no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP/MMA conforme linhas nº 325 e 326 - Necessário aprofundamento nos conhecimentos a respeito da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e decorre da necessidade permanente de aprimorar os conhecimentos dos servidores que atuam na Coordenação de Licitações - COLIC/CGCC /SPOA que atuam na área de licitações e contratos por parte do MMA, bem como no Plano de Contratações Anuais (PCA MMA /2023), sob nº 440001-125/2022.

Do exposto neste ETP, a Equipe de planejamento declara a contratação viável, nos termos do inciso XIII, art. 7º da Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RENATO CAMPELO DOS SANTOS

Equipe de apoio

RUTH ESTER CAVALCANTE DE SANTANA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/10/2023 às 10:30:07.

CARLA FELICIANO DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/10/2023 às 07:19:40.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 17º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão - de 23 a 27 de outubro de 2023.pdf (5.5 MB)
- Anexo II - AUDITORIA AMAZONAS.pdf (22.24 KB)
- Anexo III - BANCO CENTRAL DO BRASIL AEC 50671 2023 - assinada.pdf (30.79 KB)
- Anexo IV - PORTOS RS.pdf (188.36 KB)
- Anexo V - Sobre - Grupo Negócios Públicos - Capacitação e Soluções para Agentes Públicos.pdf (996.6 KB)
- Anexo VI - Proposta_DUAS_INSCRICOES.pdf (69.66 KB)

**Anexo I - 17º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos
Avançados sobre Pregão - de 23 a 27 de outubro de 2023.pdf**



23 A 27 DE OUTUBRO DE 2023

O MAIOR EVENTO DE CAPACITAÇÃO EM PREGÃO DO BRASIL

No formato **PRESENCIAL**, **Garantir Minha Vaga**. Será
extraordinário!

INSCREVA-SE

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

CONFIRA

O MAIOR EVENTO DE CAPACITAÇÃO EM PREGÃO DO
BRASIL



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MINHA
VAGA



PALESTRANTES CONFIRMADOS PARA O MAIOR EVENTO DO ANO
OS MELHORES ESPECIALISTAS DO BRASIL



			
Viviane Mafissoni Especialista em Direito Público	Michelle marry Advogada da União desde 2007	Antonio Anastasia Ministro do TCU	Ronny Charles Advogado da União

[VER TODOS](#)

SOBRE O EVENTO

O MELHOR EVENTO DE PREGÃO DO BRASIL!



Com o advento da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a primeira impressão é que não fica "pedra sobre pedra". Mas, não é bem assim... A modalidade pregão assume um considerável protagonismo no novo marco regulatório das contratações públicas, porquanto a estrutura procedimental básica das modalidades licitatórias é, essencialmente, baseada na experiência exitosa da Lei nº 10.520/2002.

Ainda que mantida a estrutura básica do pregão – agregando novas possibilidades ao desenho da disputa, como a inversão de fases e a adoção da pré-qualificação – diversos "detalhes" da Nova Lei de Licitações demandam regulamentação infralegal para conferir operacionalidade, em especial, para as licitações eletrônicas.

Assim, com o objetivo de analisar o regime jurídico e econômico da modalidade pregão em uma perspectiva sistêmica na Nova Lei de Licitações, o evento foi estruturado em cinco pilares básicos: normatização, responsabilidade, estrutura procedimental, assessoramento e controle. Trata-se, pois, de uma visão multifatorial tendente a compreender, em suas complexidades, a intensidade de influência de

GARANTIR MINHA VAGA



o agir administrativo dos compradores para a análise dos órgãos de controle dados no pregão.



Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

5

DIAS
DE IMERSÃO

+25MIL

AGENTES
CAPACITADOS

16

ANOS DE
CREDIBILIDADE

30H

DE CAPACITAÇÃO

PROGRAMAÇÃO

PALESTRAS E OFICINAS INÉDITAS COM O MELHOR CONTEÚDO PARA VOCÊ!



23/10/2023

TERÇA
24/10/2023

QUARTA
25/10/2023

QUINTA
26/10/2023

SEXTA
27/10/2023

TARDE - Segunda

23/10
16:00 - 19:30

Credenciamento

 Presencial

23/10
19:30 - 20:00

Abertura do salão

 Presencial

23/10
20:00 - 20:15

Abertura do Evento

 Presencial



ABERTURA | I
acordo com a
mudou?

Antonio Anastas
Ministro do TCU

 Pre

VER TODA PROGRAMAÇÃO



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MIN
VAGA



forma
de
palestrante poderá ocorrer em face da indisponibilidade do
palestrante/instrutor após a confirmação do convite ou mesmo em
razão de caso fortuito ou força maior.



**CONFIRA
COMO FOI A
16ª EDIÇÃO DO
PREGÃO
WEEK**

Confira como foi a 16ª Edição
do Pregão Week Híbrido -
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR e Online 100% Ao



é o que
próxima
lugar!

RESERVE AGORA MESMO SUA VAGA NO **17º PREGÃO**
WEEK

23 A 27 DE OUTUBRO DE 2023

 **FOZ DO IGUAÇU**

QUERO ME INSCREVER!



CONFIRA OS MOTIVOS PARA VOCÊ PARTICIPAR

FACA PARTE DESSE MOMENTO HISTÓRICO E RESERVE



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

GARANTIR MIN
VAGA

3 ANO!

Por **R\$ 5.399,00**



Credibilidade

Mais de 21 anos de
atuação no Mercado
de pregão



**Nossa
Paixão**

temos
orgulho
de realizar
os
maiores
eventos
do Brasil



Imersão

5 Dias
intensos de
aprendizado
sobre
Pregão



Autoridades

Os melhores
douttrinadores e
palestrantes



Transformação



Certificação



LOCAL DO EVENTO PRESENCIAL MABU THERMAS GRAND RESORT

Foz do Iguaçu - PR

A Rede Mabu oferece há mais de 45 anos, serviços hoteleiros com alto padrão de excelência para garantir as melhores experiências aos seus hóspedes, a lazer ou a negócios. Constrói sua história mantendo arraigados valores, como respeito, honestidade, empreendedorismo e sustentabilidade. Investe constantemente para aprimorar os serviços prestados e a experiência dos seus clientes, assim como em medidas socioambientais para garantir um contato harmônico entre o homem e a natureza.

☎
4002-
6040

🌐
hoteismabu.com.br



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MIN
VAGA



O evento é destinado aos agentes públicos da administração direta e indireta, federais, estaduais e municipais, dos Três Poderes e dos Tribunais de Contas, Entidades Paraestatais, Conselhos Profissionais, entre outros.

Em suma, órgãos e agentes que atuem nas camadas diretivas e nas diferentes linhas de defesa das organizações, no controle interno e



gão.

SÃO MAIS DE **30 HORAS** DE CAPACITAÇÃO EM CINCO DIAS DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE PREGÃO!

PRESENCIAL

GARANTIR MINHA VAGA



SOBRE O EVENTO

Sobre o evento
Palestrantes
Programação
Oficinas
Hospedagem
Inscreva-se

INSTITUTO NP

Quem somos
Agenda de Eventos
Cursos
Fale conosco

CONTATO

(41) 3778-1887
(41) 98877-0234
falecom@institutonp.com.br



Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MINHA VAGA



©2023. Todos os direitos reservados.
Desenvolvido por Agência NONA.

AGÊNCIA **NONA**

Anexo II - AUDITORIA AMAZONAS.pdf

Data e hora da consulta: 20/09/2023 16:11

Usuário: ***.867.422-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emissor

Código	Nome	Moeda
60021	AUDITORIA DA 12A. CJM	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
00.497.552/0024-43	AVENIDA SAO JORGE NR 2835 SAO JORGE	69030-680
Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	(92) 2127-5500

Ano	Tipo	Número
2023	NE	39

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167545	1000000000	339039	-	-

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
14/09/2023	Ordinário	000170/23-12.125	-	5.399,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
10.498.974/0002-81	INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUD	85864-320
Endereço	UF	Telefone
AV. JOSE MARIA DE BRITO, 1707 JARDIM DAS NAÇÕES	PR	41-3778-1719, 41-98877-0234 (WHATSHAP)
Município	UF	Telefone
FOZ DO IGUAÇU	PR	41-3778-1719, 41-98877-0234 (WHATSHAP)

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
94	INEXIGIBILIDADE	25	-	II	-
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 8.666 / 1993	25	-	II	-	

Descrição

AUD12CJM: 2352/2023 - Despesa referente à inscrição do servidor RAFAEL AUGUSTO DE CARVALHO no 17º Pregão Week, a ser realizado no período de 23 a 27 de outubro de 2023, na modalidade presencial, em Foz do Iguaçu / PR, conforme Processo SEI JMU 000170/23-12.125.

Local da Entrega

Não se Aplica

Informação Complementar

Auditoria da 12ª CJM - Av. São Jorge, 2835 - bairro São Jorge

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Versão	Data/Hora	Operação
002	20/09/2023 13:03:20	Alteração

Data e hora da consulta: 20/09/2023 16:11

Usuário: ***.867.422-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	5.399,00

Subelemento 22 - EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Inscrição inscrição do servidor RAFAEL AUGUSTO DE CARVALHO no 17º Pregão Week, promovido pelo INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CNPJ Nº 10.498.974/0002-81, conforme Art. 25, inciso II, § 1º, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93. - Número da Inscrição: R4I0B; - CPF da Participante: 858.867.422-04.	5.399,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
14/09/2023	Inclusão	1,00000	5.399,0000	5.399,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa
ATALIBA DIAS RAMOS
***.930.147-**
20/09/2023 13:03:20

Gestor Financeiro
RAFAEL AUGUSTO DE CARVALHO
***.867.422-**
14/09/2023 17:21:53

Versão	Data/Hora	Operação
002	20/09/2023 13:03:20	Alteração

**Anexo III - BANCO CENTRAL DO BRASIL AEC 50671
2023 - assinada.pdf**



Autorização para Execução de Capacitação (AEC)

Turma Aberta

CNPJ: 00.038.166/0008-73

Local	Data	Número AEC	Página
SALVADOR	10/08/2023	AEC Bacen/ADSAL-50671/2023	1 de 2

Identificador do Prestador de Serviço

CNPJ		Razão social		
10.498.974/0002-81		INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISAS NA		
Endereço		Cidade		
AVENIDA JOSE MARIA DE BRITO, 1707, JARDIM DAS NACOES		FOZ DO IGUAÇU		
UF	CEP	Telefone	E-mail	Código do Titular
PR	85864-320			30623.0001-3
Conta Bancária		Banco nº	Nome	Agência nº
CC 20504-4		001	BCO DO BRASIL S.A.	1622-5

Informações gerais sobre a contratação

Processo nº		Regime de Execução	
PE 000000247116		Empreitada por preço global	
Inexigibilidade (Lei 8.666/93, Art. 25, Inciso II)			
Forma de execução		Vigência	
De uma só vez		Data de início da ação educacional	Data fim da ação educacional
		23/10/2023	27/10/2023

Autorização

De conformidade de sua proposta constante do processo em Referência, autorizamos a participação do(s) servidor(es) a seguir identificado(s) no(s) evento(s) caracterizado(s) abaixo e solicitamos que o Recibo ou Fatura seja emitido em nome do Banco Central do Brasil – CNPJ 00.038.166/0001-05.

Especificação da Ação Educacional

Descrição: Nome
Inscrição de servidor do DEINF na 17ª Pregão Week
Local de realização
Presencial no país em Foz do Iguaçu/PR.

Quantidade de Participantes	Preço Total
1	R\$ 5.399,00
Valor total desta AEC	
R\$ 5.399,00	(cinco mil trezentos e noventa e nove reais)

Classificação da despesa

Cód. Orçam.	Classif. Contábil	Nota(s) / Empenho nº	Valor
40.10.2.001-2	4030.28.02-9	4208/2023	5.399,00

Identificação da Solicitação

Nº PART	Componente Solicitante	Telefone/Fax
2023/0087	DEINF/GEDEV/DICOL	

Assinatura Eletrônica ou Carimbo, Data e Assinatura do Banco

Anexo(s):
I - Participantes .

ANEXO I - PARTICIPANTES

1	GUSTAVO DA SILVA VIEIRA
---	-------------------------

Anexo IV - PORTOS RS.pdf



23930100027100



PORTOS RS - Autoridade Portuária dos Por
Diretoria Administrativa e Financeira
Gerência Financeira e Contábil

AUTORIZO

Em 05 de Setembro de 2023

ORDEN DE PAGAMENTO
FORNECEDOR

Nº 001449

EXERCÍCIO de 2023

Diretor Superintendente

ROL: **BANRISUL**

PAGUE-SE em favor de COORDENADORIA DE COMPRAS E CONTRATOS
Cód:45715 a IMPORTÂNCIA de 5.399,00(Cinco Mil e Trezentos e
Noventa e Nove Reais)

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL DA DESPESA:

Nro Docto.Caixa:

Processo OP:23/9301-0002710-0

Conta Débito: 1.02.02.0005.00 -DESPESA AUTORIZADA

Conta Crédito: 2.03.03.0011.00 -Bancos Conta Movimento

Referente a:

Reserva de recurso para a Participação da Pregoeira ERICA MILENA POKORSKI DE ANDRADE, no Evento 17º Pregão Week (Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão), que ocorrerá de forma presencial em Foz do Iguaçu/PR, de 23 a 27 de outubro de 2023

Valor Bruto:	5.399,00
Descontos:	0,00
Valor Líquido:	5.399,00

PAGAMENTO:

Forma:DEPÓSITO EM C.CORRENTE

Banco: Ag: Conta:

Nr. ROL: / Enviado em: / /

Carimbo e/ou autentificação mecânica do caixa:

Encarregado

Rua Honório Bicalho s/n- Rio Grande - RS - BRASIL
CEP 96 201-020- Cx.Postal 198 - Fone:(53) 3231-1366 - Fax:(53) 3231-1
CGC 01 039 203/0001-54



**Anexo V - Sobre - Grupo Negócios Públicos - Capacitação e
Soluções para Agentes Públicos.pdf**



QUEM SOMOS

O Grupo Negócios Públicos está há mais de 20 anos atuando na realização de eventos, treinamentos e soluções na área de Licitações e Contratos. É reconhecido no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes.

Realiza há 17 anos o maior encontro nacional de compras públicas, o Congresso Brasileiro de Pregoeiros, que já capacitou mais de 25 mil servidores públicos. Todos os eventos prezam pela inovação e proporcionam um ciclo de capacitação contínua aos agentes públicos, com uma metodologia própria que possibilita um maior aproveitamento.

O Grupo Negócios Públicos oferece, ainda, suporte para todas as fases relacionadas à contratação pública, incluindo soluções em tecnologia que facilitam a atuação diária dos profissionais envolvidos.

NEGÓCIOS PÚBLICOS

**UM NOVO MARCO. UMA
NOVA HISTÓRIA EM SUA
JORNADA DE SUCESSO.**

SAIBA MAIS



VISÃO

Este site armazena cookies em seu dispositivo. Usamos estas informações para melhorar a sua experiência. Para mais informações, leia na [Política de Privacidade](#).

Ok, ENTENDI!

meio de soluções tecnológicas, orientação e capacitação,
tornando-se referência na transformação das Instituições

Orientação.

Visão Abrangente

NOSSOS VALORES

EFICIÊNCIA

Nossa eficiência é fundamentada na vontade de tornar a administração mais enxuta, eficiente e levar soluções de maneira rápida ante as necessidades do segmento.

EMPRESAS DO GRUPO



Negócios Públicos Instituto

Responsável pela organização dos maiores e melhores Congressos e Seminários Brasil, com foco na capacitação continuada e na orientação dos agentes públicos em matéria de Licitações e Contratos Administrativos.

“O Grupo Negócios Públicos sempre esteve à frente, inovando e transformando as aquisições públicas. Com mais de vinte anos de história, a organização possui notoriedade e credibilidade, crescendo junto com a Administração Pública e seus servidores, que buscam sempre fazer o certo e melhor na área das compras, dos contratos e da governança.”



R. Dr. Brasília Vicente de
Castro, 111 Campo
Comprido, Curitiba - PR
CEP 81200-526

Conheça o Grupo

[Quem Somos](#)
[Certidões](#)
[Trabalhe Conosco](#)
[Nossos Valores](#)
[Política de Privacidade](#)
[Contato](#)

Capacitação

[Congressos](#)
[Seminários](#)
[Masterclasses](#)
[Cursos](#)
[Pós-Graduação](#)

Treinamentos

[Maestria](#)
[In Company](#)

Soluções Tecnológicas

[Banco de Preços](#)
[ContratosGov](#)
[Sollicita Pro](#)
[Sollicita](#)
[GovPlan](#)
[Rean](#)

Contato

41 3778-1700

Siga nossas redes sociais!

falecom@negociospublicos.com.br



Baixe nosso aplicativo NP Events!



©2023. Todos os direitos reservados. Desenvolvido por Agência NONA.

AGÊNCIA **NONA**

Este site armazena cookies em seu dispositivo. Usamos estas informações para melhorar a sua experiência. Para mais informações, leia na [Política de Privacidade](#).

Anexo VI - Proposta_DUAS_INSCRICOES.pdf

Curitiba, 18 de Setembro de 2023

Proposta nº 994/2023

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - SUBSECRETARIA DE PLANEJ., ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

A/C: VINICIUS MENDES MACHADO

Encaminho a proposta acerca do **17º Pregão Week**, que será realizado nos dias **23 a 27 de Outubro de 2023**, em Foz do Iguaçu/PR.

1 INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO:

Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
2	5.399,00	828,00	9.970,00

O INVESTIMENTO PARA CONTRATAÇÃO CONTEMPLA:

- a) Inscrição e Acesso às Palestras Presenciais em Plenária e Oficinas ;
- b) Certificado Digital de Conclusão do Treinamento;
- c) Material Didático Exclusivo Impresso;
- d) 01 jantar (abertura) 04 almoços e 07 Coffee Breaks;
- e) Gravações do evento (após a edição 60 dias) para ser revisto novamente por 1 (um) ano.

2 CARGA HORÁRIA:

30 Horas de Capacitação.

3 INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:

Emitir ao Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda . CNPJ: 10.498.974/0002-81 . Devendo o respectivo pagamento ser efetuado através da conta:



Banco do Brasil AG.1622-5 Conta: 20504-4

VALIDADE DA PROPOSTA: 23/10/2023

Atenciosamente,
JESSICA FABRI
Consultor Comercial

**Anexo II - 17_ Pregão Week - Semana Nacional de
Estudos Avançados sobre Pregão - de 23 a 27 de
outubro de 2023.pdf**



23 A 27 DE OUTUBRO DE 2023

O MAIOR EVENTO DE CAPACITAÇÃO EM PREGÃO DO BRASIL

No formato **PRESENCIAL**, **Garantir Minha Vaga**. Será
extraordinário!

INSCREVA-SE

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

CONFIRA

O MAIOR EVENTO DE CAPACITAÇÃO EM PREGÃO DO
BRASIL



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MINHA
VAGA



PALESTRANTES CONFIRMADOS PARA O MAIOR EVENTO DO ANO
OS MELHORES ESPECIALISTAS DO BRASIL



			
Viviane Mafissoni Especialista em Direito Público	Michelle marry Advogada da União desde 2007	Antonio Anastasia Ministro do TCU	Ronny Charles Advogado da União

[VER TODOS](#)

SOBRE O EVENTO

O MELHOR EVENTO DE PREGÃO DO BRASIL!



Com o advento da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a primeira impressão é que não fica "pedra sobre pedra". Mas, não é bem assim... A modalidade pregão assume um considerável protagonismo no novo marco regulatório das contratações públicas, porquanto a estrutura procedimental básica das modalidades licitatórias é, essencialmente, baseada na experiência exitosa da Lei nº 10.520/2002.

Ainda que mantida a estrutura básica do pregão – agregando novas possibilidades ao desenho da disputa, como a inversão de fases e a adoção da pré-qualificação – diversos "detalhes" da Nova Lei de Licitações demandam regulamentação infralegal para conferir operacionalidade, em especial, para as licitações eletrônicas.

Assim, com o objetivo de analisar o regime jurídico e econômico da modalidade pregão em uma perspectiva sistêmica na Nova Lei de Licitações, o evento foi estruturado em cinco pilares básicos: normatização, responsabilidade, estrutura procedimental, assessoramento e controle. Trata-se, pois, de uma visão multifatorial tendente a compreender, em suas complexidades, a intensidade de influência de cada elemento no agir administrativo dos compradores públicos, bem como a importância da análise dos órgãos de controle no processo de contratação no pregão.



Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MINHA VAGA



5
DIAS
DE IMERSÃO

+25MIL
AGENTES
CAPACITADOS

16
ANOS DE
CREDIBILIDADE

30H
DE CAPACITAÇÃO

PROGRAMAÇÃO

PALESTRAS E OFICINAS INÉDITAS COM O MELHOR CONTEÚDO PARA VOCÊ!



23/10/2023

TERÇA
24/10/2023

QUARTA
25/10/2023

QUINTA
26/10/2023

SEXTA
27/10/2023

TARDE - Segunda

<p>23/10 16:00 - 19:30</p> <p>Credenciamento</p> <p> Presencial</p>	<p>23/10 19:30 - 20:00</p> <p>Abertura do salão</p> <p> Presencial</p>	<p>23/10 20:00 - 20:15</p> <p>Abertura do Evento</p> <p> Presencial</p>	<p></p> <p>ABERTURA I acordo com a mudou?</p> <p>Antonio Anastas Ministro do TCU</p> <p> Pre</p>
--	---	--	--

VER TODA PROGRAMAÇÃO



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MIN
VAGA



forma
de
palestrante poderá ocorrer em face da indisponibilidade do
palestrante/instrutor após a confirmação do convite ou mesmo em
razão de caso fortuito ou força maior.



CONFIRA COMO FOI A 16ª EDIÇÃO DO PREGÃO WEEK

Confira como foi a 16ª Edição
do Pregão Week Híbrido -
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR e Online 100% Ao



é o que
próxima
lugar!

RESERVE AGORA MESMO SUA VAGA NO **17º PREGÃO WEEK**

23 A 27 DE OUTUBRO DE 2023

FOZ DO IGUAÇU

QUERO ME INSCREVER!



CONFIRA OS MOTIVOS PARA VOCÊ PARTICIPAR

FAÇA PARTE DESSE MOMENTO HISTÓRICO E RESERVE

Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

GARANTIR MINHA VAGA

Por **R\$ 5.399,00**



Credibilidade

Mais de 21 anos de atuação no Mercado de Pregão



Nossa Paixão

temos orgulho de realizar os maiores eventos do Brasil



Imersão

5 Dias intensos de aprendizado sobre Pregão



Autoridades

Os melhores doutrinadores e palestrantes



Transformação



Certificação



LOCAL DO EVENTO PRESENCIAL MABU THERMAS GRAND RESORT

Foz do Iguaçu - PR

A Rede Mabu oferece há mais de 45 anos, serviços hoteleiros com alto padrão de excelência para garantir as melhores experiências aos seus hóspedes, a lazer ou a negócios. Constrói sua história mantendo arraigados valores, como respeito, honestidade, empreendedorismo e sustentabilidade. Investe constantemente para aprimorar os serviços prestados e a experiência dos seus clientes, assim como em medidas socioambientais para garantir um contato harmônico entre o homem e a natureza.

☎ 4002-6040

🌐 hoteismabu.com.br



Inscrição 17º Pregão
Week
Presencial em Foz do
Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

GARANTIR MIN
VAGA



O evento é destinado aos agentes públicos da administração direta e indireta, federais, estaduais e municipais, dos Três Poderes e dos Tribunais de Contas, Entidades Paraestatais, Conselhos Profissionais, entre outros.

Em suma, órgãos e agentes que atuem nas camadas diretivas e nas diferentes linhas de defesa das organizações, no controle interno e



SÃO MAIS DE **30 HORAS** DE CAPACITAÇÃO EM CINCO DIAS DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE PREGÃO!

PRESENCIAL

[GARANTIR MINHA VAGA](#)



SOBRE O EVENTO

Sobre o evento
Palestrantes
Programação
Oficinas
Hospedagem
Inscreva-se

INSTITUTO NP

Quem somos
Agenda de Eventos
Cursos
Fale conosco

CONTATO

(41) 3778-1887
(41) 98877-0234
falecom@institutonp.com.br



Inscrição 17º Pregão Week
Presencial em Foz do Iguaçu/PR

De R\$ 6.285,00

Por **R\$ 5.399,00**

[GARANTIR MINHA VAGA](#)



©2023. Todos os direitos reservados.
Desenvolvido por Agência NONA.

AGÊNCIA **NONA**

Anexo III - Proposta_DUAS_INSCRICOES.pdf

Curitiba, 18 de Setembro de 2023

Proposta nº 994/2023

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - SUBSECRETARIA DE PLANEJ., ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

A/C: VINICIUS MENDES MACHADO

Encaminhando a proposta acerca do **17º Pregão Week**, que será realizado nos dias **23 a 27 de Outubro de 2023**, em Foz do Iguaçu/PR.

1 INVESTIMENTO ESPECIAL PARA CONTRATAÇÃO:

Inscrições	Valor por Inscrição	Desconto	Total do Investimento
2	5.399,00	828,00	9.970,00

O INVESTIMENTO PARA CONTRATAÇÃO CONTEMPLA:

- a) Inscrição e Acesso às Palestras Presenciais em Plenária e Oficinas ;
- b) Certificado Digital de Conclusão do Treinamento;
- c) Material Didático Exclusivo Impresso;
- d) 01 jantar (abertura) 04 almoços e 07 Coffee Breaks;
- e) Gravações do evento (após a edição 60 dias) para ser revisto novamente por 1 (um) ano.

2 CARGA HORÁRIA:

30 Horas de Capacitação.

3 INSTRUÇÕES PARA PAGAMENTO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO:

Emitir ao Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda . CNPJ: 10.498.974/0002-81 . Devendo o respectivo pagamento ser efetuado através da conta:



Banco do Brasil AG.1622-5 Conta: 20504-4

VALIDADE DA PROPOSTA: 23/10/2023

Atenciosamente,
JESSICA FABRI
Consultor Comercial

**Anexo IV - Sobre - Grupo Negócios Públicos -
Capacitação e Soluções para Agentes Públicos.pdf**



QUEM SOMOS

O Grupo Negócios Públicos está há mais de 20 anos atuando na realização de eventos, treinamentos e soluções na área de Licitações e Contratos. É reconhecido no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes.

Realiza há 17 anos o maior encontro nacional de compras públicas, o Congresso Brasileiro de Pregoeiros, que já capacitou mais de 25 mil servidores públicos. Todos os eventos prezam pela inovação e proporcionam um ciclo de capacitação contínua aos agentes públicos, com uma metodologia própria que possibilita um maior aproveitamento.

O Grupo Negócios Públicos oferece, ainda, suporte para todas as fases relacionadas à contratação pública, incluindo soluções em tecnologia que facilitam a atuação diária dos profissionais envolvidos.

NEGÓCIOS PÚBLICOS

**UM NOVO MARCO. UMA
NOVA HISTÓRIA EM SUA
JORNADA DE SUCESSO.**

SAIBA MAIS



VISÃO

Este site armazena cookies em seu dispositivo. Usamos estas informações para melhorar a sua experiência. Para mais informações, leia na [Política de Privacidade](#).

Ok, ENTENDI!

meio de soluções tecnológicas, orientação e capacitação,
tornando-se referência na transformação das Instituições

Orientação.

Visão Abrangente

NOSSOS VALORES

EFICIÊNCIA

Nossa eficiência é fundamentada na vontade de tornar a administração mais enxuta, eficiente e levar soluções de maneira rápida ante as necessidades do segmento.

EMPRESAS DO GRUPO



Negócios Públicos Instituto

Responsável pela organização dos maiores e melhores Congressos e Seminários Brasil, com foco na capacitação continuada e na orientação dos agentes públicos em matéria de Licitações e Contratos Administrativos.

“O Grupo Negócios Públicos sempre esteve à frente, inovando e transformando as aquisições públicas. Com mais de vinte anos de história, a organização possui notoriedade e credibilidade, crescendo junto com a Administração Pública e seus servidores, que buscam sempre fazer o certo e melhor na área das compras, dos contratos e da governança.”



R. Dr. Brasília Vicente de
Castro, 111 Campo
Comprido, Curitiba - PR
CEP 81200-526

Conheça o Grupo

[Quem Somos](#)
[Certidões](#)
[Trabalhe Conosco](#)
[Nossos Valores](#)
[Política de Privacidade](#)
[Contato](#)

Capacitação

[Congressos](#)
[Seminários](#)
[Masterclasses](#)
[Cursos](#)
[Pós-Graduação](#)

Treinamentos

[Maestria](#)
[In Company](#)

Soluções Tecnológicas

[Banco de Preços](#)
[ContratosGov](#)
[Sollicita Pro](#)
[Sollicita](#)
[GovPlan](#)
[Rean](#)

Contato

41 3778-1700

Siga nossas redes sociais!

falecom@negociospublicos.com.br



Baixe nosso aplicativo NP Events!



©2023. Todos os direitos reservados. Desenvolvido por Agência NONA.

AGÊNCIA **NONA**

Este site armazena cookies em seu dispositivo. Usamos estas informações para melhorar a sua experiência. Para mais informações, leia na [Política de Privacidade](#).

Documento de Formalização da Demanda

Número do Documento de Formalização da Demanda: 396/2022

1. Informações Básicas

Área requisitante

Data da conclusão da
contratação

UASG Editado por

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP-SPOA

31/12/2023 00:00

440001 CAROLINA JULIANI DE
CAMPOS DINIZ

Descrição sucinta do objeto

Contratação de treinamentos (Turma Aberta) para desenvolvimento de competências específicas na área de Administração Pública.

Justificativa da prioridade

Contratação de cursos para os servidores do MMA, a fim de atender as demandas constantes no PNPD.

2. Justificativa de necessidade

Contratação de cursos para os servidores do MMA, a fim de atender as demandas constantes no PNPD.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO	CURSO APERFEIÇOAMENTO / ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL	1,00	200.000,00	200.000,00

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JADSON LUIZ BENTO FERREIRA
COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

5. Acompanhamento

Nenhum acompanhamento incluído.

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.